

Diário do Legislativo de 31/08/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (sem partido), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PC do B)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo Cesar

LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (sem partido)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Fahim Sawan

Deputado PFL Vice-Presidente
Gustavo Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado BPSB
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB
Ricardo Duarte B

Deputado PL
Antônio Genaro

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo PFL
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Leonardo Quintão

Deputado Edson Rezende PT/PCdo B Vice-Presidente

Deputada Ana Maria Resende BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdo B

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdoB

Deputado Djalma Diniz BPSP

Deputado Sebastião Costa BPSP

Deputada Cecília Ferramenta PT/PCdoB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSP Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Costa BPSP

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT/PCdo B

Deputado George Hilton PFL

Deputado Gustavo Corrêa PFL

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Marlos BPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPS
Bouças

Deputada Maria PT/PCdoB
Tereza Lara

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias –

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Vanessa BPS
Lucas

Deputada Domingos BPS
Sávio

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Gil Pereira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPS
Resende

Deputada Lúcia (sem partido)
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO

CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia (sem Vice-Presidente
Pacífico partido)

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado Jésus PT/PCdoB
Lima

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre PT/PCdoB
João

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Dilzon BPSP
Melo

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E

INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdo
Rocha B

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputado Weliton PT/PCdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E

ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Márcio Kangussu BPSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto Carneiro BPSB

Deputado Irani Barbosa BPSB

Deputado André Quintão PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Laudelino Augusto PT/PCdoB Presidente

Deputado Doutor Ronaldo BPSB Vice-Presidente

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Paulo Piau PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Gomes PT/PCdoB

Deputado Alencar da Silveira Jr. BPSB

Deputada Lúcia Pacífico (sem partido)

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdoB Presidente
Tereza Lara

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado (sem
Miguel Martini partido)

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E

AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdoB Presidente
João B

Deputado Marlos BPSP Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Olinto Godinho BPSP

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Ronaldo Doutor BPSP

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras –14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BPSP Presidente
Kangussu

Deputado Djalma BPSP Vice-Presidente
Diniz

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte B

Deputado Pinduca PP
Ferreira

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Ronaldo Doutor BPSP

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adelmo PT/PCdo Presidente
Carneiro Leão B

Deputado Carlos BPSB Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Roberto PL
Ramos

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSB
Helvécio

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSB Presidente
Maia

Deputado PL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSB
Sargento Rodrigues

Deputado Weliton PT/PCdoB
Prado

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSB
Resende

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA

AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar BPSP Presidente
da Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdoB Vice-Presidente
Costa

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdoB
Moraes

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Paulo César PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio PL Presidente
Passos

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado PT/PCdoB
Roberto Carvalho

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSP
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdoB Vice-Presidente
Gomes

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 43ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 29/8/2005

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Piau - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. José do Carmo Nagem - Entrega de placa - Apresentação musical - Palavras do Sr. Carlos Aude Gualberto - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Dalmo Ribeiro Silva - Paulo Piau - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 20h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Carlos Aude Gualberto, Magnífico Reitor da Fundação Logosófica de Belo Horizonte; Arthur Lopes Filho, Presidente da Federaminas; Maurício Ludgero Siqueira, Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais - Coreminas - e do Sindicato dos Representantes Comerciais de Minas Gerais - Sircom -; José do Carmo Nagem, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Logosófica; e Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora - Registramos a presença do Sr. Cássio Eduardo Rosa Resende, Presidente da Fundamig.

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação Logosófica pelos 70 anos de atividades culturais e educacionais no Brasil.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo coral infanto-juvenil do Colégio Logosófico, unidade Cidade Nova.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Peço permissão ao nosso Presidente para cumprimentar o coral, que lindamente entoou o Hino Nacional. Parabéns a essa meninada bonita!

Exmos. Srs. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, valoroso companheiro desta Casa, que neste ato representa o Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres; José do Carmo Nagem, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Logosófica; Carlos Aude Gualberto, Reitor da Fundação Logosófica de Belo Horizonte; Arthur Lopes Filho, Presidente da Federaminas; Maurício Ludgero Siqueira, Presidente do Coreminas e do Sircon; senhoras e senhores; jovens; crianças; família da logosofia mineira e da logosofia brasileira, a palavra "logosofia" reúne, no mesmo vocábulo, duas raízes gregas - "logos" e "sofia" - e pode ser traduzida, de forma genérica, como a sabedoria da razão.

A logosofia pode ser entendida como ciência e cultura. O seu objetivo primordial consiste em lançar as bases de uma nova cultura para a humanidade, erguida sobre o pilar do conhecimento de si mesmo. Ergida em ciência, utiliza método próprio e caracteriza-se por sua singularidade e pela vigência permanente de suas razões medulares.

Criada e desenvolvida pelo pensador e humanista González Pecotche, a partir de 1930, na Argentina, a logosofia, no dizer de seu autor, "abarca todos os conhecimentos humanos e transcende para conhecimentos maiores. Como sabedoria criadora, estabelece uma nova forma de sentir e conceber a vida, como base para a formação de uma nova cultura".

A pioneira Fundação Logosófica de Belo Horizonte foi constituída em 1935, com o propósito de divulgar os inéditos conhecimentos. A partir daí, o movimento se expandiu para os demais Estados e para outros países da América Latina.

Entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública e de caráter humanista, a Fundação Logosófica vem, durante estes 70 anos, prestando inúmeros benefícios à comunidade. Esse o motivo relevante que nos levou a propor a realização desta reunião solene na Assembléia Legislativa.

Instituição de adiantamento mental em seus três aspectos - intelectual, moral e espiritual -, a Fundação Logosófica consubstancia um celeiro vivo, em que se cultiva a superação das deficiências, o desenvolvimento das faculdades internas e o despertar das virtudes adormecidas. O respeito, a compreensão e a liberdade destacam-se entre suas características de excelência.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, a homenagem à Fundação Logosófica, neste momento, em que a sociedade brasileira atravessa uma crise política sem precedentes, oriunda de problemas de ordem ética e moral, torna-se extremamente simbólica. A nossa democracia está em jogo. O medo estabeleceu-se perante a sociedade brasileira, o medo do político corrupto, o medo do fiscal, o medo do Promotor, o medo da polícia, o medo do Juiz, o medo da impunidade, o medo de tudo. Numa sociedade em que o político tem de ter caixa dois para se eleger e o empresário tem de sonegar para sobreviver, alguma coisa está errada. E a grande essência da logosofia é contribuir para melhorar situação dessa natureza.

Afinal, estou convicto de que a saída para a crise institucional que a todos desalenta, o passaporte para o futuro de nosso país - que um dia há de se ver livre das mazelas da corrupção e dos interesses mesquinhos - encontra seu cerne na construção de consciências cidadãs, na consolidação do sentimento de co-responsabilidade para a vivência da cidadania.

Queria, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade para fazer um convite a toda a família logosófica, como também ao Rotary, ao Lions, à maçonaria, à OAB e, por que não dizer?, à Igreja, para que, com a Assembléia Legislativa e com a Escola do Legislativo, que tem por responsabilidade estudar várias questões, comecemos aqui um movimento. Quem sabe, inicia-se hoje nesta Casa um mutirão pela ética no nosso país. Fica, então, essa proposição, pela primeira vez colocada nesta Casa e em um momento que não poderia ser melhor.

O cultivo do universo preconizado pelo conhecimento logosófico merece, sem dúvida, reconhecimento e incentivo. Mas torna-se ainda de maior relevância neste difícil período que atravessamos, quando o avanço material e tecnológico da humanidade, aliado a uma crise de valores sem precedentes, parece colocar em perigo as bases do processo civilizatório.

Como tão sabiamente argumentam Vidal Sunción Infante e Roberto Lima de Souza, hoje em dia a degradação de valores é tão sensível e de conseqüências tão graves que até o bem mais nobre do ser humano, a vida, está sendo banalizado. O cidadão comum sente-se viver numa selva urbana, onde a pessoa que vive à margem da ética parece deter mais direitos que aquele que cumpre o código ético-moral.

E aqui lembramos Rui Barbosa, ando com ele na minha carteirinha. Faço questão de ler o que disse Rui Barbosa no Senado do Rio de Janeiro em 1914, que parece uma situação bem atual e, quem sabe, muito mais grave do que a daquela época: "Triunfo das Nulidades. De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega à desanimada virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto."

Como refere Sponville, embora quase não se fale mais das virtudes, isso não significa que não precisemos mais delas, nem nos autoriza a delas abrimos mão. No entanto, é forçoso reconhecer que a valoração é fruto do esforço do homem para transcender-se a si mesmo, pois a origem do valor humano está na origem do homem, e conformam-se as duas, na estrutura da moral e, mais tarde, da ética. Essa assertiva é suficiente para nosso voto de louvor às pretensões logosóficas.

González Pecotche advertia para o risco de que a democracia - sendo o melhor dos regimes - continuasse a ser apenas um ideal e não uma realidade institucional e concreta na vida dos povos. Por isso, considerava que a realização efetiva da democracia só seria possível a partir do momento em que os membros da sociedade aprendessem a pensar, a valorizar a liberdade como patrimônio, a crescer como indivíduo na busca do bem comum.

E ficamos preocupados quando, no dia de ontem, vimos, no programa "Fantástico", da Rede Globo de Televisão, a pesquisa de opinião sobre a confiança dos jovens no poder. Perguntados sobre a confiança que têm no Poder Judiciário, apenas 1,7% disseram confiar muito; 28,8% confiam; 69,5%, quase 7 em cada 10 entrevistados, confiam pouco ou não confiam. O Poder Legislativo está ainda mais em baixa. Apenas 3,9% dos jovens de 14 a 18 anos confiam muito ou confiam nos partidos políticos. A ampla maioria - 96,1% - está com "um ou dois pés atrás". Também quando perguntados se tinham mais amigos ou adversários no mundo, apenas 8,2% disseram ter mais amigos; 36,8% acham que o número de amigos e adversários é parecido; 55% opinam que estão cercados de inimigos.

Ora, Sr. Presidente, como pode o ser humano ser inimigo do ser humano? Estamos experimentando um verdadeiro canibalismo humano na sociedade do todo o mundo e alguma coisa tem de ser feita.

Enquanto essa consciência política não estiver firmemente estabelecida no seio dos povos, sempre haverá riscos de turbulências e de ameaças ao sistema democrático de governo.

Um Bispo francês, da cidade de Retz, por nome de Gondí, nos anos 1600, já dizia que os que mandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito.

A evolução cultural pretendida pela concepção logosófica, que propugna pelo crescimento individual, fazendo com que cada um se capacite para enfrentar a vida tal como ela deve ser vivida, com a certeza de suas possibilidades, mas que incorpora a noção das responsabilidades do indivíduo perante a comunidade, faz-nos vislumbrar a esperança de dias melhores.

Nesta justa homenagem à Fundação Logosófica, pela vitoriosa trajetória de 70 anos no Brasil, cumpre-nos ressaltar ainda o importante trabalho do Sistema Logosófico de Educação.

Ao ministrar o ensino nos níveis infantil, fundamental e médio, os estabelecimentos de ensino que se norteiam pela inovadora pedagogia do sistema logosófico enriquecem os currículos escolares com conteúdos e métodos que visam à formação integral da criança e do adolescente e vão muito além da transmissão dos saberes da esfera comum. Trata-se de um processo educacional que, ao preconizar o aperfeiçoamento individual, transmite à inteligência e ao coração das novas gerações valores fundamentais, como a liberdade e a solidariedade.

Abro um parêntese para parabenizar e reforçar o sistema de educação logosófica perante o sistema público brasileiro, que, infelizmente, como ensino e em termos de proficiência em português e matemática, em se tratando da América Latina, ganha apenas da Nicarágua e do Haiti. Qual é o futuro de um país que não tem educação?

Cumpre destacar, também, que, no campo socioeconômico, a logosofia apresenta pontos de afinidade com o ideário cooperativista, que se delinea como alternativa de equilíbrio entre os extremos antagônicos do individualismo e do coletivismo como sistemas de organização social.

Sr. Presidente, senhoras e senhores logósofos, crianças e jovens, prossigam no propósito de nutrir as gerações presentes e futuras com essa nova força energética. Continuem a difundir os princípios da evolução consciente na convergência do pensamento e do sentimento de que é chegado o tempo de uma nova cultura. Parabéns a todos! Obrigado pela presença.

Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistir ao vídeo institucional da Fundação Logosófica.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Palavras do Sr. José do Carmo Nagem

Boa-noite a todos. Exmos. Srs. Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Arthur Lopes Filho, Presidente da Federaminas; Maurício Ludgero Siqueira, Presidente do Conselho Regional de Representantes Comerciais - Coreminas - e do Sindicato dos Representantes Comerciais de Minas Gerais - Sircom -; Carlos Aude Gualberto, Reitor da Fundação Logosófica em Belo Horizonte; prezados senhores e senhoras, caros meninos e meninas, e certamente terão uma missão muito grande no futuro deste país.

Estou muito honrado de estar aqui nesta Casa representando a Fundação Logosófica - em prol da superação humana - nesta homenagem que lhe presta a Assembléia Legislativa, por iniciativa do ilustre Prof. e Deputado Paulo Piau, Vice-Líder do Governo, com a aprovação do nobre Plenário e do Exmo. Sr. Presidente Deputado Mauri Torres.

É necessário, de início, manifestar o nosso agradecimento a todos que, de uma forma ou de outra, prestaram a sua colaboração à Fundação Logosófica durante esses 70 anos de sua existência no Brasil. Somos gratos por tudo isso.

Penso que é necessário dizer também que a Fundação Logosófica é uma entidade de utilidade pública, criada no Brasil em 15/6/35 pelo grande humanista Carlos Bernardo Gonzáles Pecotche, para possibilitar o ensino e a experimentação da logosofia.

É, portanto, uma entidade cultural que desenvolve suas atividades num ambiente regido pelos princípios éticos superiores de respeito, tolerância e liberdade.

Hoje nossa instituição encontra-se em franca expansão em âmbito nacional e internacional, com escolas de logosofia localizadas em muitas Capitais e cidades do Brasil e também em várias partes do mundo. Ligados a algumas dessas escolas, foram criados os colégios logosóficos, educandários que atendem desde a educação infantil até o Ensino Médio. Além do currículo oficial, os alunos recebem orientação segura para a vida, sob o respaldo da pedagogia logosófica.

Quanto à logosofia, trata-se de uma ciência que vem trazer a todos novos e profundos conhecimentos da realidade interna do ser humano. Abre, como campo de pesquisa, nosso mundo interno: o mundo mental.

Ressaltamos aqui alguns dos objetivos que consideramos os mais importantes dessa ciência: a evolução consciente do homem, mediante a organização de seus sistemas mental, sensível e instintivo; o conhecimento de si mesmo, tão decantado e tão aspirado pelos homens que sempre careceram de um método e de uma escola para torná-lo efetivo; o conhecimento das leis universais, tais como a lei de evolução, lei de herança, lei do tempo, lei de movimento, de causa e efeito etc. Elas representam a vontade de Deus impressa na criação, a edificação de uma nova vida e de um destino melhor e o conhecimento do mundo mental transcendente ou metafísico.

Enfim, são vários os objetivos, mas todos ligados diretamente ao nosso interno, ao interno do ser humano.

Em todos os lugares, por todos os meios, afirma-se que estamos na era do conhecimento.

Penso que ninguém discorda dessa afirmativa, mas pergunto: não foi o conhecimento que sempre fez a evolução do mundo? Desde as primeiras descobertas do homem, não foi o conhecimento que presidiu essas mesmas descobertas? Portanto, o conhecimento do mundo das coisas, do mundo da máquina, do mundo físico sempre promoveu o desenvolvimento.

Os senhores já pensaram em como seria o ser humano se empregasse o mesmo esforço que dedicou para o mundo das conquistas materiais, para conhecer o mundo físico, no descobrimento dos grandes segredos que Deus colocou na natureza física; se dedicasse esse mesmo tempo,

esse mesmo esforço, essa mesma disposição para pesquisar o seu interno, para conhecer a si mesmo, para descobrir os grandes enigmas que Deus colocou dentro de cada um de nós?

Concordo que faltava um método, uma ciência, uma escola que orientasse o ser humano nessa nobre conquista. Porém, agora já não temos mais desculpas. Estão aí para o exame e a experimentação de todos o método, a ciência e a escola. E essa realidade vai ficar clara para aqueles que examinarem, sem preconceitos, e seguirem um dos primeiros princípios logosóficos, que afirma: "Em logosofia, troca-se o crer pelo saber".

E, nessa livre investigação, cada um poderá constatar que a grande novidade do conhecimento humano não mais será apenas o conhecimento da máquina, da informática, da parte física do homem, mas estará certamente no mundo interno de cada um, nesse mecanismo fantástico que cada um tem dentro de si.

Aí ele encontrará toda a sabedoria necessária para transformar primeiramente sua vida e, depois, como consequência, a vida neste planeta. Não há evolução sem mudanças, e o grande poder de mudança está no conhecimento. Quando se trata do ser humano, é fundamental o conhecimento do mundo mental, transcendente, metafísico, superior.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, ao concluir essas minhas breves palavras de agradecimento ao Poder Legislativo de Minas Gerais, quero destacar dois aspectos em que esta homenagem adquire um especial significado para todos os integrantes da Fundação Logosófica de Minas e do Brasil.

Primeiro, ressalto o fato de ser o nosso Estado o berço da logosofia em nosso país, nessa trajetória de 70 anos completados em junho deste ano, tendo obtido nossa instituição, quando das comemorações de seu cinquentenário, a Medalha da Inconfidência, a mais alta condecoração conferida pelo governo de Minas Gerais; em seguida, ter sido essa homenagem uma iniciativa do estimado Deputado Paulo Piau, um parlamentar que é também um cultor de ciência, como mestre em zootecnia pela renomada Universidade de Viçosa, e respeitado pesquisador científico nos laboratórios da Epamig.

Isso significa, em outras palavras, que a logosofia tem encontrado em Minas Gerais uma acolhida generosa, inclusive no âmbito institucional, e que pessoas de reconhecida envergadura intelectual apoiam e incentivam os novos caminhos que o conhecimento logosófico está abrindo para a criação das bases de uma nova cultura, tão necessária, como mostra o momento que estamos vivendo, para o desenvolvimento humano. Muito obrigado.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. José do Carmo Nagem de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:) "A evolução do homem, o conhecimento de si mesmo e a integração de seu espírito são alguns dos objetivos da Logosofia, ciência que tem como missão auxiliar o indivíduo no domínio consciente de todas as suas possibilidades. A homenagem do Legislativo Mineiro à Fundação Logosófica em Prol da Superação Humana pelos seus 70 anos de atividades no Brasil."

O Sr. Presidente - Gostaria de contar com a presença do autor do requerimento, Deputado Paulo Piau.

- Procede-se a entrega da placa.

Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o coral infanto-juvenil do Colégio Logosófico, unidade Cidade Nova, que, sob a regência de Myrna Valéria Campos de Oliveira, apresentará as músicas: "Paz do meu amor", de Luiz Vieira; "Hey, ho", música tradicional norte-americana; e "Pot-pourri brasileiro", com arranjo de Myrna Oliveira.

- Procede-se a apresentação musical.

Palavras do Sr. Carlos Aude Gualberto

Sr. Presidente; srs. integrantes da Mesa; senhoras e senhores; queridas crianças, adolescentes e jovens, boa noite.

Aproximei-me da Fundação Logosófica aos 19 anos, quando era estudante do curso de Engenharia. Naquela época, vivíamos intensos momentos de debate na universidade em torno dos problemas vividos por nosso país e pelo mundo. Em debates, às vezes acalorados, encontrávamos solução para tudo, com base na experiência e no conhecimento que acreditávamos ter acerca desses problemas.

Nessa fase, aproximei-me da Fundação Logosófica, onde assisti a uma reunião informativa, e a senhora que a coordenava disse: "A logosofia vai mudar os destinos do mundo". Não acreditei. Aquilo me parecia um sonho impossível, uma utopia. Como pode um grupo tão reduzido, se comparado aos bilhões de seres desta Terra, propor-se a algo dessa natureza? A curiosidade me levou a saber em que se baseava essa senhora para fazer afirmação tão séria.

Minha primeira descoberta na logosofia foi que eu pretendia contribuir ou colaborar para a solução dos problemas do mundo, mas desconhecia o ser humano mais próximo de mim: desconhecia a mim mesmo. Carecia, portanto, de um conhecimento essencial para tal objetivo.

Naquela época, eu entendia que os problemas da humanidade se localizavam tão somente no emprego, na saúde e na educação formal. Possuía uma visão materialista do ser humano. Ao mesmo tempo, experimentava uma inquietação: para que estou aqui neste planeta? Deus existe? Se é que existe, como conhecê-lo? Qual o objetivo da vida? Essas questões me incitavam e provocavam-me um vazio para o qual buscava respostas que poderiam satisfazer minha inteligência, razão e sensibilidade.

Ao iniciar os estudos de logosofia, um dos primeiros resultados foi a descoberta de algo que sempre esteve comigo e que existe dentro de cada um dos presentes - crianças, adultos, todos nós -, mas que, até então, desconhecia. Descobri que possuía um mundo interno, povoado de pensamentos, sentimentos, aspirações, ideais, enfim, um verdadeiro mundo totalmente desconhecido.

A partir daí, comecei a dar os primeiros passos do meu conhecimento e a realizar um processo de transformação e de evolução consciente, dominando as realidades internas, dando passos seguros, firmes, para construir a figura arquetípica, ideal, que o próprio Criador estabeleceu

para nós, seres humanos.

Eu me dei conta - e ainda me dou - de que ainda sou um rascunho dessa figura, mas que tenho a prerrogativa de ir completando-a, de adquirir os valores que compõem essa figura ideal. Nisso estamos os investigadores de logosofia.

González Pecotche afirmou certa vez que quem não tem um ideal carrega a morte sobre os ombros. Poderíamos dizer, então, que quem tem carrega vida, energia, entusiasmo, alegria de viver. Os ideais constituem-se numa grande força, todos haverão de consentir. Não foram os grandes benfeitores da humanidade movidos por elevados ideais? Não são os pais movidos pelo grande ideal de fazer o bem a esses seres que tanto amam?

Como uma pequena pincelada na vasta concepção logosófica, vou-me referir ao conceito da união dos tempos. Todos conhecem o dito popular de que o futuro a Deus pertence. Isso é verdade? O futuro não nos pode pertencer? Pode, sim. Como? Realizando a união dos tempos. Trazendo esse futuro para o presente, ao mesmo tempo em que trazemos o passado para o presente. Ao unir passado e futuro no presente, baseados na experiência, no conhecimento, naquilo que se viveu no passado, vamos projetar o futuro. Recordar esse passado que foi grato e os momentos felizes vividos propicia a fixação da vida, permite a consciência da vida. É recordar os erros do passado também, para que se possa aprender com eles, tirar as lições que contêm e, a partir daí, evitar novos erros no futuro. Se esse conhecimento já estivesse sob o domínio da nossa civilização, se já estivesse sendo praticado, certamente teríamos uma proteção para as gerações futuras, na medida em que esta geração trabalha corrigindo os erros do passado, evitando que no presente e no futuro eles se repitam.

Certa vez, visitando uma cidade do interior das Minas Gerais, vi, numa pequena mercearia, uma tabuleta que o dono colocou sobre o caixa.

Dizia assim: "Pensei no futuro e lembrei do passado. Não empresto dinheiro nem vendo fiado". Naquele momento, comecei a refletir: será que esse senhor, pressupondo que esteja aplicando esse conceito, evitando problema para o futuro, baseando-se em experiência do passado, estaria empregando esse mesmo conhecimento nas demais partes da sua vida mental, sensível, moral, nas relações consigo mesmo e com sua família? Está aí um grande conhecimento. Unir os tempos, evitando que no futuro repitam-se os erros do passado.

Há poucos dias conversava com um dos meus filhos, e ele me perguntou, ao tratarmos da sociedade contemporânea: "Pai, você acha mesmo que tem solução para o mundo?". Eu lhe perguntei se ele pudesse criar o mundo se iria criar para dar certo ou para dar errado. Ele disse que seria para dar certo, é claro. Perguntei se ele achava que Deus era menos inteligente do que ele. Então, o mundo tem solução porque Deus o criou para dar certo.

Meus amigos, com base nessa experiência vivida ao longo dos anos, estudando o conhecimento de González Pecotche, tenho toda a confiança no futuro, toda a confiança de que veremos um mundo melhor no futuro. E aquela afirmação daqueles idos tempos, em que não acreditei, de que a logosofia iria mudar os destinos do mundo, para mim, hoje, é um ideal pelo qual luto junto a milhares de logósofos que estão por várias partes do mundo. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. José do Carmo Nagem, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Logosófica; Carlos Aude Gualberto, Reitor da Fundação Logosófica de Belo Horizonte; Sr. Arthur Lopes Filho, Presidente da Federaminas, Sr. Maurício Ludgero Siqueira, Presidente do Coreminas, e do Sircom; meu caríssimo e querido Deputado Paulo Piau, que traz nesta noite de segunda-feira uma noite memorável e histórica para o Parlamento mineiro.

Caríssimos amigos e amigas da família logosófica de Minas Gerais e do Brasil, que minhas primeiras palavras sejam dirigidas às nossas queridas crianças do coral do Colégio Logosófico, unidade Cidade Nova, o qual nos presenteou de maneira extraordinária. Fez com que cada estrela matutina nos encantasse. Mas, a partir deste momento, conseguiram que não fossem consideradas estrelas, mas uma constelação iluminada no coração de cada um e de cada família. Que essa constelação, com a proteção de Deus, dos professores e dos queridos pais, seja muito iluminada e protegida, por tudo o que vocês projetarão para o futuro deste país. Deixo-lhes o meu carinho e a minha gratidão.

Caríssimo Deputado Paulo Piau, manifesto-lhe, antes de proferir o meu discurso, a minha alegria e a honra maior em presidir esta solenidade. Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exa., como também os do caríssimo Presidente e do Magnífico Reitor. Reflexões profundas fazem bem ao sentimento e ao coração de cada um e de todos os que nos presenteiam neste momento. Como é importante uma reflexão dessa magnitude, caríssimo Reitor! Ouvimos as suas ponderações fincadas pela sua experiência de vida, pelo seu apostolado, pela retidão de caráter de família. E V. Exa. sempre trouxe a boa-nova a toda família logosófica de Minas e do Brasil.

Minas Gerais tem o privilégio de ser o berço da logosofia no Brasil. E, numa data festiva como esta, quando completamos 70 anos, o Parlamento mineiro não poderia deixar de apresentar gratidão, respeito e admiração a todos vocês, que fazem parte dessa fundação, que, sem dúvida, é a grande sementeira do amor, do carinho e da dignidade da vida de cada família. Deixo-lhes o meu respeito, como também o da Assembléia Legislativa, já que, em seletor auditório como este, vejo que estamos irmanados em um só pensamento: a dignidade é a vida, o ser humano, o seu conhecimento, que, com certeza, contribuirá para o engrandecimento deste país e do nosso Estado. Como é importante os filhos estarem aqui e os pais estarem aí. Um coração oxigenado de tanta alegria, de tanta felicidade, ao ver seus filhos aqui, talvez pela primeira vez, adentrando o Plenário sagrado do Parlamento mineiro e trazendo-nos suas vozes e a boa-nova a todos nós por intermédio da Profa. Myrna.

Faço questão de fazer essa reflexão porque tenho certeza absoluta de que ela é histórica para esta Casa e para todos os que nos vêem pela TV Assembléia. Talvez estejam emocionados como este Presidente para apresentar a todos a nossa admiração e o nosso respeito.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia a Fundação Logosófica pelos 70 anos de atividades culturais e educacionais no País, expressando o reconhecimento de toda a comunidade de nosso Estado. Uma feliz iniciativa do ilustre Deputado Paulo Piau.

A divulgação da logosofia entre nós, possibilitando a mineiros e brasileiros os conhecimentos proporcionados por seu fundador, o argentino Carlos Bernardo González Pecotche, teve Belo Horizonte como cidade pioneira, motivo, hoje, de contentamento e júbilo.

Nossa Capital, ao longo dessa contínua convivência, conseguiu dispor de importantes unidades do sistema logosófico de educação, como as da Cidade Nova e do Bairro Funcionários, que tanta satisfação têm proporcionado aos pais dos alunos, sempre envolvidos em um processo educacional eficiente e responsável.

Difundindo uma comprovada técnica pedagógica, importantíssima para a formação da infância e da juventude, a logosofia tem procurado cooperar com toda a comunidade. Um programa de treinamento do magistério público estadual tem oferecido a extensão de seu método de ensino a um importante segmento do professorado de Minas Gerais.

Nossas crianças beneficiam-se, assim, do cultivo de valores permanentes, ligados ao domínio das funções de estudar, de aprender, de pensar e de realizar.

González Pecotche foi o exemplo vivo de tudo o que ensinou, a partir de uma original concepção pura da vida humana, de Deus, do universo e de suas leis.

Mediante o processo de superação estabelecido por seus preceitos, o ser humano pode conhecer a si próprio e utilizar ao máximo as prerrogativas de seu ser psicológico, mental e espiritual. Ao dar conteúdo à vida, o indivíduo muda seu destino por um melhor. O conhecimento é a senda que a logosofia oferece a cada um de nós. Nas palavras de González Pecotche, é justamente o conhecimento que faz o homem ultrapassar suas limitações e encontrar as chaves de sua própria existência.

A consciência de cada ação e a sociabilidade, afável e cordial, são princípios da pedagogia logosófica, que criam uma convivência sadia e simpática, base de uma verdadeira cidadania. É, portanto, festejando o aporte entusiasmado da Fundação Logosófica a toda a população mineira, em especial à sua juventude e aos seus mestres, que celebramos estas sete décadas de convívio.

Belo Horizonte, sobretudo, compraz-se em abrigar em seu seio a fundação e vê, com muita alegria, essa obra de superação humana acontecer junto a seus habitantes. Desejamos um futuro cada vez mais compartilhado entre a nossa gente e a Fundação Logosófica. Que Deus nos abençoe sempre. Parabéns à família logosófica. Muito obrigado!

A Presidência, mais uma vez, reitera o agradecimento às dignas autoridades educacionais aqui presentes, amigos e familiares que aqui compareceram. É para a Assembléia Legislativa motivo de muito júbilo recepcioná-los em momento tão importante, solene e histórico para a Pátria. Neste momento tão difícil que estamos vivendo, talvez com essa lição de vida que hoje pudemos ouvir, caríssimo Reitor, um verdadeiro aprendizado, saíamos daqui mais confortados, oxigenados pelo compartilhamento com as crianças e com cada um dentro da sua consciência moral, cívica, ética e da verdadeira cidadania, para que cada um possa cumprir o seu dever, a sua missão.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 30, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 30/8/2005.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/6/2005

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Chico Rafael (substituindo este ao Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do PMDB) e Domingos Sávio (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSPS), membros da Comissão de Saúde; a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Chico Rafael, João Leite e Carlos Pimenta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Domingos Sávio, Doutor Viana, Elmiro Nascimento, Paulo Piau e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, com a classe dos farmacêuticos magistras, dos profissionais das farmácias de manipulação e dos médicos prescritores, que ora se encontram na iminência de sofrer grave cerceamento, a Consulta Pública nº 31, de 15/4/2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa -, a requerimento dos Deputados Paulo Piau, Elmiro Nascimento e outros. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados. Registra-se a presença das Sras. Cristiana Martins de Couto Araujo, farmacêutica e bioquímica, representando o Superintendente de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais; Angela do Amaral Caldas, Presidente da Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistras - Anvarmag; dos Srs. Prof. Lauro Mello Vieira, Presidente do Conselho Regional de Farmácia; Rilke Novato Púbblio, Diretor do Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais; das Sras. Vânia Lúcia de São Geraldo Silva Carmenrio, Vice-Presidente da Associação Mineira dos Farmacêuticos Homeopatas; Profa. Jane Maciel Almeida Baptista, Diretora da Faculdade de Farmácia da UFMG; Maria Alcília Ferrero, farmacêutica e proprietária de Farmácia Alopática, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Elmiro Nascimento e Paulo Piau, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados e aos demais Deputados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Domingos Sávio, Doutor Viana, Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau, Chico Rafael e Carlos Pimenta, solicitando seja encaminhado ofício ao Ministro da Saúde, para que se posicione junto à Anvisa a respeito da Consulta Pública nº 31/2005; Carlos Pimenta, Doutor Viana, Chico Rafael e Domingos Sávio, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Deputados Federais, Senadores e a todos os Presidentes das Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor do Estados brasileiros, para que se manifestem contrários à Consulta Pública nº 31/2005 - Anvisa; João Leite e Elmiro Nascimento, solicitando seja encaminhado ofício ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para a retirada da proposta de normatização pela Anvisa da matéria contida na Consulta Pública nº 31, Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau, Doutor Viana, Carlos Pimenta, Domingos Sávio, João Leite e Chico Rafael, solicitando seja enviado à Anvisa apelo das Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, com vistas a que seja prorrogado o prazo para apresentação de sugestões e propostas, estipulado pelo art. 1º da Consulta Pública nº 31. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Fahim Sawan - Carlos Pimenta - Lúcia Pacífico.

ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/8/2005

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Leonardo Moreira, Weliton Prado e José Henrique (substituindo este ao Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Weliton Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a construção de penitenciárias no Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: carta do Grupo de Fé e Política da Paróquia São Sebastião, do Bairro Betânia, nesta Capital, em que trata de questões de segurança pública na cidade; e ofício do Sr. Antônio de Padova Marchi Júnior, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado, em que solicita o envio de cópia das notas taquigráficas e da ata da reunião realizada por esta Comissão em Itaúna, no dia 27/4/2005. Em seguida, a Presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.477/2005 e informa que designou o Deputado Weliton Prado para relatar a matéria. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto

mencionado anteriormente. Registra-se a presença dos Srs. Agílio Monteiro Filho, Subsecretário de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado de Defesa Social; Reinaldo Alves Costa Neto e Alexandre Humberto Caramatti Manata, Diretor-Geral e Diretor de Projetos e Custos do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop -, respectivamente, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Zé Maia, Presidente - Sargento Rodrigues - Antônio Júlio.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 62ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 31/8/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o cadastro único de organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Estado de Minas Gerais. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.883/2004, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro nas farinhas de trigo, de milho e de mandioca, produzidas e comercializadas no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Saúde perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 811/2003, da Deputada Jô Moraes, que cria o Cadastro Mineiro de Controle da Mortalidade Materna - Camma - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça.,

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.330/2003, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre o monitoramento e a identificação de visitantes a sentenciados e presos provisórios nas unidades prisionais e cadeias públicas do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose no Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.859/2004, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipatinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.935/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a produção, comercialização e

distribuição de listas telefônicas no Estado. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.955/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a classificação de publicações infante-juvenis, segundo critérios psicopedagógicos, e informação das faixas etárias a que se recomendam e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.986/2004, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem afixados nas delegacias policiais, nas Secretarias de Estado e nos estabelecimentos de ensino público painéis visíveis ao público contendo informações atinentes aos locais e horários de funcionamento da Defensoria Pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.991/2004, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.038/2005, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre a prestação de serviço de transporte escolar rural na rede estadual de ensino por profissionais autônomos contratados por Prefeituras Municipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.114/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.140/2005, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar a informação nutricional de produtos fabricados nos próprios estabelecimentos comerciais de Minas Gerais vendidos sem embalagem própria. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 31/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.219/2005, do Deputado Jayro Lessa; 5.222/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 31/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 421/2005, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.867/2004, do Governador do Estado; 1.869/2004, do Governador do Estado; 2.187/2005, do Deputado Elmiro Nascimento.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.005/2003, do Tribunal de Contas do Estado; 2.034/2005, do Deputado George Hilton; 2.238/2005, do Deputado Gilberto Abramo; 2.264/2005, do Governador do Estado; 2.327/2005, da Deputada Lúcia Pacifico.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.225/2005, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 31/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.941/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.226/2005, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 31/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.460, 2.462 e 2.463/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.168/2005, da Comissão de Direitos Humanos; 5.215/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater os Projetos de Lei nºs 2.460 e 2.463/2005, do Governador do Estado, que dispõem sobre as tabelas de vencimento básico das Carreiras dos Profissionais de Educação Básica e da Instituição da Vantagem Temporária Incorporável - VTI.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 1º/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 31/8/2005, destinadas, a primeira, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o cadastro único de organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Estado de Minas Gerais; 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose no Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg; 1.859/2004, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipatinga o imóvel que especifica; 1.883/2004, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro nas farinhas de trigo, de milho e de mandioca, produzidas e comercializadas no Estado; 1.935/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a produção, comercialização e distribuição de listas telefônicas no Estado; 1.955/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a classificação de publicações infanto-juvenis, segundo critérios psicopedagógicos e informação das faixas etárias a que se recomendam e dá outras providências; 1.986/2004, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem afixados nas delegacias policiais, nas Secretarias de Estado e nos estabelecimentos de ensino público painéis visíveis ao público contendo informações atinentes aos locais e horários de funcionamento da Defensoria Pública; 1.991/2004,

do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 2.038/2005, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre a prestação de serviço de transporte escolar rural na rede estadual de ensino por profissionais autônomos contratados por Prefeituras Municipais; e 2.114/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final, e, a segunda, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual e dá outras providências; 811/2003, da Deputada Jô Moraes, que cria o cadastro mineiro de controle de mortalidade materna e dá outras providências; 1.330/2003, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre o monitoramento e identificação de visitantes a sentenciados e presos provisórios nas unidades prisionais e cadeias públicas no Estado e dá outras providências; e 2.140/2005, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar a informação nutricional de produtos fabricados nos próprios estabelecimentos comerciais de Minas Gerais vendidos sem embalagem própria; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de agosto de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 16.591, 16.602 e 16.603

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Jô Moraes e os Deputados Doutor Viana, Gil Pereira e Marlos Fernandes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2005, às 9h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres sobre as Mensagens nºs 403 e 404/2005, do Governador do Estado; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Veto Parcial à Proposta de Lei Complementar nº 91

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Olívia e os Deputados Ricardo Duarte, Adalclever Lopes e João Bittar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2005, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer do relator e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO*

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2005, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.460, 2.461 e 2.462/2005, do Governador do Estado, de se debater o Projeto de Lei nº 2.463/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das Carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

* - Republicado, em virtude de incorreção havida na publicação verificada na edição de 30/8/2005, na pág. 56, col. 1.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.370/2005

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Ronaldo, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Rotary Club de Sete Lagoas Mucuri, com sede no Município de Sete Lagoas.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em causa é caracterizada pelo esforço de agregar profissionais de múltiplas áreas com o objetivo de trabalharem em prol do desenvolvimento socioeconômico da coletividade.

Parte de uma organização mundial que se notabilizou como um eficaz instrumento de associativismo orientado para servir à comunidade, desenvolve projetos de alcance social, encontros e palestras, cumprindo a missão gravada no seu estatuto.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.370/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.377/2005

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Mauri Torres, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Lar São José da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de João Monlevade.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida instituição, de caráter beneficente, tem por objetivo prestar auxílio a pessoas desprovidas de recursos.

Mantendo um centro que abriga idosos de ambos os sexos, proporciona-lhes assistência social, serviços médico-psicológicos, apoio moral e espiritual.

O trabalho desenvolvido em João Monlevade é referência no tocante a atividades assistenciais para a região e configura parceria com a sociedade, contribuindo para a consolidação da cidadania.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.377/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.945/2004

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em epígrafe estabelece restrições à comercialização de peças de uniformes ou fardas, distintivos ou insígnias das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, do Departamento de Trânsito de Minas Gerais e da Secretaria de Defesa Social.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 12/11/2004, o projeto foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela estabelece restrições à comercialização de uniformes, fardas, distintivos e insígnias das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, do Departamento de Trânsito de Minas Gerais e da Secretaria de Defesa Social.

A proposição obriga a que os estabelecimentos que comercializam esses produtos sejam cadastrados pelo Estado, de forma a controlar-se a comercialização do vestuário e dos acessórios usados por integrantes da área de segurança pública, para que não sejam adquiridos por pessoas estranhas àquelas corporações.

A comercialização indiscriminada de uniformes, fardas, distintivos, insígnias, boinas e outros permite que quadrilhas se utilizem desses produtos para executar assaltos, como relatado pelo autor do projeto. É válido ressaltar que já houve casos em que o delinqüente se fez passar por policial para render suas vítimas. O uniforme, além de um instrumento de trabalho, é uma referência para o cidadão, que identifica imediatamente quem o estiver usando como agente da segurança pública.

A intenção, portanto, é regulamentar e controlar a venda de uniformes e acessórios usados pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos de segurança pública do Estado, cadastrando-se os estabelecimentos autorizados a vender essas mercadorias, de forma a coibir o comércio indiscriminado e, conseqüentemente, proteger a população da ação de criminosos que simulam procedimentos policiais para praticar delitos.

Cumpra salientar que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1 ao projeto de lei em análise, aperfeiçoando a sua redação e corrigindo vício de iniciativa verificado no art. 3º, bem como outras impropriedades.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.945/2004 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio, relator - Sargento Rodrigues.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.191/2005

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o Projeto de Lei nº 2.191/2005 "cria o Serviço Voluntário de Capelania Carcerária em todos os estabelecimentos do Sistema Penitenciário e dá outras providências".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 1º/4/2005, foi o projeto apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. A matéria é agora submetida a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, em cumprimento ao disposto no art. 188, c/c o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição objetiva criar o serviço voluntário de capelania carcerária em todos os estabelecimentos do sistema penitenciário do Estado, com vistas a prestar atendimento religioso e espiritual aos presos, aos internados, a seus familiares, bem como aos profissionais que lá trabalham, se assim desejarem.

Saliente-se, por oportuno, que a liberdade de crença religiosa é assegurada aos cidadãos pela Constituição da República, em seu art. 5º, e que a Lei Federal nº 7.210, de 11/7/84, a Lei de Execução Penal, estabelece as condições para o exercício de crenças religiosas pelos cidadãos em cumprimento de pena nos estabelecimentos prisionais do País.

Em nosso entendimento, a criação de um serviço voluntário no âmbito da sociedade não pode ser objeto de regulamentação por parte do Parlamento estadual. O serviço voluntário é fruto de um espírito fraterno, solidário, irmanado em valores comuns, visando, como a própria expressão indica, a uma ação não determinativa; portanto, não tem o código da compulsoriedade que caracteriza as ações legiferantes e, como tal, não pode ser objeto da iniciativa em análise.

Embora assim não tenha entendido a Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, não podemos concordar com o mérito da proposição, pois não cabe a este Poder legislar sobre a matéria em análise, determinando à sociedade aquilo que deveria ser expressão da sua vontade. O Estado é laico e assim deve permanecer. Ao Estado devem ser deixadas as questões que lhe competem, como a administração carcerária, no âmbito maior da gestão das políticas de segurança pública. A separação básica, essencial e secular entre a Igreja e o Estado deve permanecer.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.191/2005.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2005.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.266/2005

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Lúcia Pacífico, o Projeto de Lei nº 2.266/2005 cria a Estação Ecológica do Cercadinho e dá outras providências.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 28/4/2005 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do arts. 188 e 102 do Regimento interno.

Na reunião do dia 28/6/2005, esta Comissão aprovou requerimento solicitando fosse a proposição baixada em diligência ao Instituto Estadual de Florestas - IEF. Atendendo à solicitação, a resposta foi encaminhada em 25/7/2005 e despachada para anexação aos autos por determinação do 1º-Secretário desta Casa em 4/8/2005.

Cabe-nos, agora, examinar a proposição nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

O projeto em exame institui a Estação Ecológica do Cercadinho, situada no Município de Belo Horizonte, com área total aproximada de 247ha, a ser gerida conjuntamente pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF - e pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG. No art. 4º, declara a área de utilidade pública e de interesse social para fins de expropriação, nos limites previstos no anexo.

Sustenta-se a necessidade de adoção dessa medida no Estudo Técnico para Criação de Unidade de Conservação, anexo à proposição.

Segundo esse estudo, na bacia hidrográfica do Córrego Cercadinho, a Copasa opera uma captação superficial e quatro subterrâneas, que, somadas, são responsáveis pelo abastecimento de aproximadamente 70 mil habitantes de Belo Horizonte, residentes nos Bairros Alto Santa Lúcia, Pilar e Olhos D'água. Salientam-se a ausência de definições objetivas na Lei Federal nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a fragilidade do Decreto nº 22.108, de 1982, que institui a Área de Proteção Especial do Cercadinho, para fins de controle da degradação ambiental causada por atividades antrópicas. Ressalta-se que o Ministério Público e a Copasa-MG celebraram, em 2001, um termo de ajustamento de conduta para preservação da área, tendo em vista a contenção da expansão urbana e o controle de implantação de equipamentos por parte da concessionária de abastecimento público de água.

O estudo trata ainda dos aspectos bióticos da flora e da fauna, dos aspectos físicos, relacionados com a geomorfologia, a geologia e a hidrogeologia, bem como dos aspectos legais e fundiários da mencionada área.

Na resposta à diligência, o IEF encaminhou Laudo Técnico com Finalidade de Criação da Unidade de Conservação do Cercadinho, elaborado por Denise Maria Lopes Formoso, Analista de Floresta e Biodiversidade, Elcio Rogério de Castro Mello, Analista de Apoio Técnico III, e Paulo Emílio Guimarães Filho, Gerente do Parque Estadual Serra do Rola Moça.

De acordo com o laudo, que segue as mesmas diretrizes do citado estudo técnico, é recomendável a criação de uma unidade de conservação de uso integral para a proteção do manancial do Cercadinho; todavia, o laudo não responde ao questionamento formulado na diligência atinente ao meio a ser empregado - estação ecológica - para a proteção do manancial do Cercadinho.

Na Lei Federal nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades da Conservação da Natureza, as unidades de conservação se subdividem em dois grupos: o de proteção integral e o de uso sustentável. As estações ecológicas pertencem ao grupo das unidades de proteção integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

Conforme dispõe o § 4º do art. 9º da mencionada lei, nas estações ecológicas só são permitidas alterações nos casos de restauração de ecossistemas modificados, de manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica e de pesquisas científicas; portanto, em face da regra do § 4º, cabe indagar se a norma veda a captação de águas para fins de abastecimento público nessa categoria de unidade de conservação.

Como o intuito do projeto é a proteção ambiental da área do Cercadinho para a garantia de recarga do manancial que já é explorado pela Copasa-MG, nossa avaliação é que, no caso, não há problema na escolha da categoria de unidade de conservação. Esse problema só existiria se a exploração do manancial viesse a ser autorizada em estação ecológica já constituída. A título de ilustração, lembramos que, no Estado, o Decreto nº 36.073, de 1994, se destina especificamente à proteção do manancial d'água da bacia do Ribeirão dos Fechos. Para tanto, foi criada a Estação Ecológica de Fechos.

Ressaltamos, ainda, que é possível a criação de unidade de conservação por lei, inexistindo vício de iniciativa se a proposição for deflagrada por parlamentar, nos termos do inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal. A proposição também atende aos requisitos estabelecidos no art. 22 da Lei Federal nº 9.985, de 2000. No caso, a realização de consulta pública para a instituição de estação ecológica não é obrigatória, mas, se houver necessidade, poderá ser conduzida por esta Casa, conforme entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Mandado de Segurança nº 23.800.

Quanto à desapropriação dos terrenos particulares, o art. 8º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, assim dispõe:

"Art. 8º - O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo praticar os atos necessários à sua efetivação".

Esclareça-se, a propósito, que o art. 47 da Lei Federal nº 9.985, de 2000, estabelece a obrigatoriedade de contribuição financeira para a proteção e a implementação da unidade de conservação por parte dos órgãos e das empresas, públicos ou privados, que sejam responsáveis pelo abastecimento de água ou que façam uso de recursos hídricos e sejam beneficiários da proteção proporcionada pela referida unidade.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 2.266/2005.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - George Hilton, relator - Ermano Batista - Sebastião Costa - Maria Tereza Lara.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.343/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.343/2005, de autoria do Deputado Edson Rezende, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Carandaí, com sede no Município de Carandaí, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.343/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Carandaí, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Carandaí, com sede nesse Município.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.350/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.350/2005, de autoria do Deputado João Leite, que declara de utilidade pública o Núcleo de Prevenção e Recuperação do Menor e da Estrutura Familiar – Nupre –, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.350/2005

Declara de utilidade pública o Núcleo de Prevenção e Recuperação do Menor e da Estrutura Familiar – Nupre –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Prevenção e Recuperação do Menor e da Estrutura Familiar – Nupre –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.351/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.351/2005, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública o Centro Infantil Comunitário Pró-Vida, com sede no Município de Mendes Pimentel, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.351/2005

Declara de utilidade pública o Centro Infantil Comunitário Pró-Vida, com sede no Município de Mendes Pimentel.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Infantil Comunitário Pró-Vida, com sede no Município de Mendes Pimentel.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

Discursos Proferidos em 25/8/2005

O Deputado Weliton Prado* - Boa tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, gostaria de apresentar uma moção de aplauso ao Município de Araguari, que está completando 117 anos. Esta semana, o Governador Aécio Neves, depois que esteve na região do Triângulo Mineiro há alguns meses, foi à inauguração de uma usina hidrelétrica no Município de Araguari, quando teve a deselegância de não visitar aquela cidade. Ele não se reuniu com as lideranças políticas da cidade, causando grande revolta e suscitando o clamor da população. Houve muitas reivindicações da Associação Comercial e Industrial de Araguari, do Poder Legislativo e da imprensa. Aliás, gostaria de parabenizar a atuação do jornal "Diário".

O Governador esteve em diversas regiões e Municípios do Estado anunciando obras e investimentos, mas infelizmente não sinalizou nada para Araguari. Esse Município estará completando seus 117 anos, e, somente depois de muita pressão, o Governador deu o braço a torcer e, assim, estará visitando a cidade. Estamos esperando que ele sinalize ações para Araguari. Queria parabenizar também o Deputado Marlos Fernandes, Deputado de Araguari, que, tenho certeza, empenhou-se muito para receber a visita do Governador.

O Deputado Marlos Fernandes (em aparte)* - Obrigado, nobre Deputado Weliton Prado. Já nos havíamos preparado para, na semana que vem, dedicar alguns minutos de saudação aos 117 anos de Araguari. Mas, neste momento, quero discordar, se me permite, de alguns pontos da sua fala. O Governador não deu o braço a torcer.

A convite do Prefeito Marcos Alvim e do Deputado Marlos Fernandes, o Governador está fazendo uma agenda com o Município de Araguari, atendendo a reivindicações expressivas daquele Município, daquela comunidade, as quais não me cabe adiantar neste momento. Na semana que vem, estarei passando à TV Assembléia e ao cidadão araguarino tudo aquilo que o Governador anunciará amanhã, em Araguari. Depois de 117 anos, por meio da revitalização do prédio da Rede Ferroviária, hoje Palácio dos Ferroviários, Araguari tem sua sede própria de governo municipal.

Quero cumprimentar a comunidade araguarina, que nos espera amanhã. Estaremos não só com o Prefeito, mas também com cinco Secretários de Estado, que serão agraciados com o título de cidadãos. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Agradeço o aparte do Deputado Marlos Fernandes. Respeito seu posicionamento, mas volto a repetir que política é igual feijão: só funciona com pressão. Houve muita pressão e solicitações por parte da população de Araguari, especialmente da imprensa, que realmente se indignou. O Governador sentiu na pele e, como haverá eleição no ano que vem, estará presente em Araguari. Parabenizo Araguari pelos 117 anos, apresentando uma moção de aplauso.

Fico feliz em contribuir para as cidades com as emendas individuais que apresentamos, as quais beneficiaram as escolas estaduais Arthur Bernardes, Cel. Lindolfo Rodrigues, Escola Estadual D. Leonora, Escola Estadual Madre Maria, Escola Professor Antônio Marques, Escola Professor Antônio Nunes de Carvalho Filho, Escola Estadual Costa Sena, Escola Estadual José Carneiro da Cunha, Escola Estadual Padre Damião, Escola Padre Eloy, Escola Estadual Raul Soares e Escola Estadual São Judas Tadeu.

Tivemos ainda uma firme participação em prol do aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil de Araguari. Aliás, estive reunido com os aspirantes da Acadepol, para aumentar o número de Detetives, de Escrivães e de viaturas da cidade. Esperamos que o Governador anuncie um maior efetivo e aumente o número dos equipamentos das polícias de Araguari e também de toda a região do Triângulo.

Sobre a reforma da ponte do Rio Jordão, participamos de forma firme e decisiva. Trata-se de obra de caráter emergencial, pois essa ponte liga o Triângulo Mineiro a Goiás e a Brasília.

Fiquei feliz por ter recebido das entidades organizadas de Araguari os parabéns pela nossa atuação sobre o fim da cobrança da Taxa de Incêndio para as residências.

Também atuamos na área da saúde em 2004. O Município não havia recebido a ambulância, e fizemos pressão para que ele a recebesse, o que acabou acontecendo.

Mais uma vez, parabenizo de forma muito especial a Rádio "Planalto" e o jornal "O Diário de Araguari".

Na parte da manhã, fiquei muito satisfeito com a presença, em massa, dos servidores de todos os cantos do Estado de Minas, que estão indignados, revoltados e desmotivados, pois há mais de 10 anos não têm aumento ou reajuste. Eles ocuparam as galerias desta Casa, exigindo do governo do Estado e pressionando-o para que sejam feitas alterações nas tabelas. É sabido que essas tabelas não contemplam os servidores do Estado. Aliás, o Deputado Rogério Correia já falou que o Plano de Cargos e Carreiras, aprovado pelo Governador, equipara-se a um carro sem motor. O Governador demorou muito tempo para enviar as tabelas. Estamos no penúltimo ano de governo, e o ano que vem é eleitoral, ocasião em que o Governador dará um reajuste de apenas 5%, o qual ainda será descontado na VTI. O Bloco PT-PCdoB não pode permitir isso. Faremos as alterações necessárias nas tabelas, esperando que a base do governo tenha sensibilidade para aprovar as nossas emendas, dando dignidade aos servidores.

A população de Minas Gerais, a sociedade organizada, tem de ter consciência do valor do contracheque de um professor. Hoje, uma professora, em prantos, mostrou-me o seu contracheque. Ela é pedagoga há 28 anos no Estado. Uma vida inteira de trabalhos prestados ao Estado. Ela nos deixou dois contracheques: um, do ano de 2000, e outro, do ano de 2005. Ao comparar os dois contracheques, percebemos que o seu salário havia diminuído. Além de não ter tido nenhuma correção em 5 anos, seu salário ainda diminuiu. Como explicar isso? Esse fato fere a Constituição Federal. O salário-base de uma pedagoga de 28 anos de trabalhos prestados, no ano de 2000, com todas as gratificações, era de R\$230,00 e continua o mesmo salário. Em 2000, ela recebia um valor de R\$524,00 e agora está recebendo R\$519,00, o que é inconcebível e inaceitável. Chorando, ela me dizia não saber como faria para pagar as contas de energia, aluguel e transporte. Disse ainda que não tinha dinheiro para comprar os livros do ensino médio para seus filhos.

Realmente isso causa indignação. A população precisa saber a verdade, pois existe uma cultura na sociedade de que o servidor público ganha bem, é marajá. A realidade não é essa: o salário-base de um professor de 1ª a 4ª séries é uma miséria, é um salário de fome de R\$212,53. Está aqui um contracheque.

Portanto, a categoria tem motivos e precisa radicalizar, estudar novas formas de mobilização. Imaginem se paralisarem as estradas de Minas? Não queremos isso, mas, se o governo não tiver sensibilidade, infelizmente, os servidores terão que tomar uma postura mais firme. Não só os servidores da área de educação, mas também os da área da saúde, da administração, enfim, todos os servidores do Estado têm o nosso apoio para radicalizar esse movimento, pois não podemos aceitar, de maneira nenhuma, demagogia nem propaganda enganosa.

Não concordamos com o governo ao divulgar que deu mais de 50% de reajuste para os servidores, pois sabemos que essa não é a realidade. Não é isso que acontece em Minas Gerais. Não está havendo esse aumento. Isso é falácia, divulgação, propaganda enganosa. Os servidores já se posicionaram aqui firmes, de forma clara e objetiva, e esperamos que os colegas da Casa tenham a sensibilidade de aprovar as emendas necessárias ao plano de cargos e carreiras.

Quando terminar, concederei um aparte ao Deputado Domingos Sávio.

Estamos também cobrando as tabelas dos servidores de todas as outras áreas do Estado, que, infelizmente, até hoje, não chegaram. Questionamos também a progressão. O Governador prometeu, na reforma administrativa, a progressão para os servidores. Mas que progressão fajuta é essa? O projeto tem que passar por uma comissão que fiscalizará, analisará e estudará o impacto financeiro, ou seja, não haverá progressão nenhuma. Defendemos a progressão imediata. Se o servidor tiver direito a uma progressão - tanto a vertical quanto a horizontal -, ela deverá ser automática. Da maneira como estão tratando o assunto, vemos que é uma balela e que não sairá do papel.

Os servidores, de forma muito firme, deixaram clara sua indignação: o governo faz propagandas mirabolantes, alegando que está pagando o 13º salário em dia e o salário até o quinto dia útil, mas esse é um direito do servidor e uma obrigação do Estado. O governo não está fazendo nada de mais e ainda cortou o abono e o atendimento médico no interior para os servidores. Conversei com uma servidora muito emocionada dizendo que ganhava muito pouco, mas que contava, pelo menos, com o atendimento à saúde, pois não tinha para onde correr. Pediu-me para ajudá-la a resolver o problema. Ficamos com o coração na mão, pois sabemos que um Deputado e um bloco, sozinhos, não conseguem fazer todas essas mudanças. Entretanto, continuaremos firmes e pressionaremos. Os servidores do Estado podem contar com o nosso apoio. Continuaremos tentando sensibilizar o governo de Minas.

Outro problema sério é o dos servidores designados, que já estão prestando serviço à sociedade há muitos anos. Como exemplo, cito o caso do Deputado Laudelino Augusto, que foi professor designado durante mais de 20 anos e depois tornou-se professor efetivo. Se um professor trabalhar como designado no Estado, por 20 anos, e depois passar em um concurso público, não levará nenhuma vantagem para a progressão em sua carreira. Ele perde tudo, todos os direitos. Não podemos aceitar essa situação. Precisamos fazer mudanças e garantir as vantagens já adquiridas para os servidores designados.

É preciso ter respeito com os servidores do Estado. Solicitamos que o governo retire imediatamente sua propaganda de divulgação de um reajuste salarial de 54%, pois é enganosa e não reflete a realidade.

Aproveito a oportunidade para ler rapidamente uma carta da subseção do Sind-UTE de Carangola: (- Lê:)

"Por trás dos discursos e das ações do Governador Aécio Neves, pode-se perceber nítida intenção de aprofundar o drama do funcionalismo, especialmente o dos professores, ao mesmo tempo que tenta esconder um governo marcado pela inoperância, embora insista no verniz de uma falsa competência.

Basta ver que o Governador não apresenta resultados concretos em nenhuma área de atuação. As estradas de Minas Gerais estão em estado caótico, a saúde, uma lástima e a insegurança, atormentando as famílias mineiras. Da educação, nem se fala.

Não adianta mascarar a situação lastimável da educação com propaganda de cursos ministrados, que pouco acrescentam à melhoria do ensino, mas levam a gastar dinheiro em hotéis luxuosos e dão oportunidade à cúpula da Secretaria de Educação de ganhar gordas comissões. Em qualquer circunstância, não se pode ter boa educação, considerando-se os salários vergonhosos que o Estado de Minas paga ao professorado. Para esse mal, o único remédio é a recomposição dos salários. A situação atual, depois de inacreditáveis 11 anos sem aumento dos nossos vencimentos, faz-nos refletir sobre um problema que nos vem preocupando sensivelmente: a saúde dos educadores.

É uma situação perversa, que está levando a maioria do professorado ao estresse e, ao mesmo tempo, a uma profunda depressão, o que impede os mestres de manter bom nível de ensino. E essa situação tem sido considerada como determinante do adoecimento crescente da nossa categoria.

Assim, o senhor não está alcançando o tal de déficit zero, mas, sim, fazendo com que milhares de professores, em breve, aposentem-se por motivo de doença, o que vai onerar, num futuro próximo, o cofre público do Estado de Minas Gerais.

Ademais, a dilapidação do Estado de Minas Gerais nunca foi obra dos servidores públicos, e sim das máfias instaladas na administração pública. Cuidado, Governador! Lembre-se de que esses gurus, que lhe estão aconselhando politicamente tão erradamente, são os mesmos que causaram a derrota fragorosa do Eduardo Azeredo, quando tentou a reeleição.

A atitude do Governador, afirmando que o professor não tem de que reclamar porque está recebendo em dia os seus salários e o décimo-terceiro, não o faz digno da sabedoria e da sensibilidade política do seu avô. Afinal, pagar em dia os vencimentos dos servidores é a primeira obrigação dos governantes. Temos de começar a gritar bem alto por todos os abusos sofridos, para que não calem a nossa voz na busca pela recuperação das nossas perdas salariais.

E a boa imprensa não pode perder sua credibilidade, deixando de dar eco à nossa voz em busca de justiça, apenas para não deixar de embolsar a gorda verba que o governo está gastando com enganosa e faustosa propaganda".

Neste momento, solicito ao governo que reveja o seu posicionamento e alerto a Mesa desta Casa de que os servidores da Assembléia Legislativa já estão sem aumento há muitos anos. Vejam a possibilidade de garantir um reajuste aos servidores desta Casa e aos de todas as áreas do Estado, o que é muito justo e legítimo.

Agradeço e informo-lhes que continuaremos firmes em nossa peregrinação por todo o Estado e visitaremos as escolas de todas as regiões. Havia muitos professores do Norte de Minas, de Montes Claros, do Sul de Minas, do Triângulo, de Belo Horizonte, da região metropolitana e do Vale do Aço. Essa mobilização, união e participação são muito importantes. Com força e ousadia, realizaremos as mudanças e tentaremos fazer com que o Governador tenha a sensibilidade - já que o ano que vem é eleitoral - de garantir um reajuste decente aos servidores do Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes - Caro Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, caros Deputados, servidores e servidoras que nos vêem, aproveito a oportunidade para informar-lhes sobre a nossa avaliação a respeito da audiência pública realizada neste Plenário, acerca das tabelas salariais.

Primeiro, ressaltar a importância, o significado político de esta Casa receber, lotar o plenário com professores, professoras, servidores da saúde, do Colégio Tiradentes, da Unimontes e de outras áreas cujas tabelas salariais ainda não foram enviadas.

A presença do Secretário e a disponibilidade da Comissão de Administração Pública nos deram a possibilidade real de dar o primeiro passo, a primeira discussão daquilo que o Bloco de Oposição deseja: mudança e aperfeiçoamento das tabelas remuneratórias. Soubemos que o Governador desejava que as tabelas tramitassem até o dia 30 de agosto. É evidente que isso não é possível dada a complexidade das tabelas e as imperfeições que apresentam. Como realizar um debate dessa dimensão em praticamente cinco dias? A Oposição tem o maior interesse em agilizar a aprovação das tabelas, mas elas devem atender às necessidades e às exigências dos servidores. Não podemos aprovar as tabelas a toque de caixa, com os servidores insatisfeitos, para atender à burocracia e sair na folha de outubro.

Os Deputados e Deputadas que participaram sentiram a angústia e a ansiedade que tomou de assalto o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras deste Estado. A emoção era imensa, o que era percebido no volume de vaias e aplausos, que, inclusive, encheram esta Casa de vida. Eles gritaram: Esta Casa é nossa! E, de fato, é deles. É preciso que a tomem de assalto.

Qual era a razão da indignação? Há uma enorme distância entre a propaganda feita pelo Governador Aécio em torno das tabelas salariais e o número real conquistado pelos servidores. Aproveitamos a ocasião para esclarecer isso ao Secretário. Havia uma expectativa de aumento. Se analisamos as tabelas, verificamos que não há uma real valorização da remuneração dos servidores. Há, na verdade, uma alteração do piso básico das categorias. Essa é a nossa primeira constatação.

Estamos decepcionados. Digo isso aos Deputados e Deputadas da Oposição e aos da base de Governo, pois tenho a absoluta certeza de que muitos destes têm sensibilidade para compreender que essa tabela não pode ser aprovada. O Deputado Welliton Prado acabou de mostrar a situação. Também recebi o caso da servidora Nádia, que autorizou a divulgação de seu nome. Em 2000, ela recebia R\$519,00; em 2005, recebe R\$532,00. Com o aumento dos descontos, o valor foi reduzido. Reafirmo que estamos decepcionados porque o Secretário não se dispôs a analisar as possíveis imperfeições das tabelas.

Citarei algumas.

Primeiro, havia um acordo da greve passada em que seriam incorporados aos salários, a partir de fevereiro, o abono e a parcela remuneratória para todos os servidores, e não apenas para os professores especialistas. Mas a tabela veio com essa deformação.

Uma segunda deformação na tabela nos preocupa muito, quando a Casa, por orientação do governo, tirou uma conquista dos trabalhadores e trabalhadoras, a garantia de que seu enquadramento levaria em conta escolaridade e tempo de serviço. Tempo de serviço deve ser um dos méritos para que os servidores e as servidoras sejam mais bem enquadrados na tabela. Nesta Casa, estranhamente, por orientação do governo, foi retirado o item tempo de serviço que levasse em conta a possibilidade do enquadramento dos servidores e servidoras. Tivemos uma preocupação maior ainda, porque o Secretário, aos nos responder, disse que isso não seria possível, pois ainda não há um cadastro adequado do tempo dos servidores. Ora, esse item deve ser colocado na lei, o cadastro deve ser realizado e depois se adequar às imperfeições. O que não pode é retirá-lo da lei. Esta Casa não pode ter o compromisso de ver algo absolutamente irracional e incluir nesse processo.

Há um terceiro aspecto que devemos levar em conta. Não foi nesta tabela, mas é preciso corrigir esse problema. O tempo dos designados, anteriormente, para efeito de aposentadoria, era contado. Aquele que trabalhou 17 anos no Estado, quando fazia o concurso e se incorporava, levava os 17 anos de sofrimento, de gasto das cordas vocais. Mas uma lei aprovada nesta Casa, a qual devemos corrigir, retirou isso, e esses 17 anos são jogados ao vento, como diriam os árabes, sem qualquer sentido.

O Bloco PT-PCdoB está apresentando a esta Casa uma série de propostas de emenda. Já conversei com alguns Deputados da base de governo, que estão interessados em assegurar essa questão. Primeiro, o Bloco PT-PCdoB propõe o pagamento retroativo do abono de R\$45,00 para todos os profissionais da educação. Esse é um compromisso divulgado pela Secretária de Educação em outubro de 2004, publicado no jornal "Hoje em Dia", em que fixava a data de fevereiro para esse aumento, e que fosse retroativo.

Há outras coisas. A incorporação de toda a parcela remuneratória complementar e o abono ao vencimento básico, sem a criação da VTI. A lógica das tabelas apresentadas não corresponde ao que entendi, no dicionário, do significado de lógica: coerência, consequência e algo entendível. Essa tabela remuneratória não tem lógica. Por que criar a VTI? O que poderíamos fazer? A parcela remuneratória complementar que já existia seria incorporada, em parte, ao salário básico, como será feito, e o restante ficaria com o nome de parcela remuneratória.

Para confundir, foi criada a tal da VTI, substituindo a parcela remuneratória. Por exemplo, se houver um aumento de 5%, o que está sendo anunciado no próximo, será descontado do restante da VTI.

Antes de passar a palavra ao Deputado Miguel Martini, queria acrescentar essas preocupações e convocar os demais Deputados para suprimir o artigo que restringe o acesso aos cargos de direção e de vice-direção para os que não optaram pela nova carreira e alterar os vencimentos básicos que estão abaixo do salário mínimo. Pelo amor de Deus! O salário mínimo é universal. Como fazer um piso salarial de R\$280,00 ou R\$295,00, valores abaixo do salário mínimo?

Queremos propor também que sejam incorporadas as tabelas de posicionamento no projeto de lei, suprimindo a previsão de que elas sejam elaboradas por decreto. Queremos isso agora. Queremos refazer as tabelas de posicionamento. Queremos, sobretudo, alterar o art. 24, que prevê - atencem, senhores e senhoras, é um retrocesso - que a progressão por escolaridade adicional seja aprovada pela Câmara de Coordenação Geral e do Planejamento e, inclusive, que deixe de ser automática. São algumas preocupações que devemos ter, neste momento, nesta Casa.

Antes de terminar, passando a palavra ao Deputado Miguel Martini, queria lembrar que a única coisa positiva que o Secretário anunciou aqui foi que o Colégio Tiradentes, que estava fora de um processo de discussão das tabelas, se incorporará a esse processo, nos mesmos níveis proporcionais.

Quero registrar a minha indignação por ter sido abordada - falei ao Secretário - e saber que a Secretaria, sem negociação, está cortando o ponto, as horas trabalhadas dos servidores que participam das mobilizações. Não quero que as horas sejam abonadas. O trabalhador deve assumir o ônus da sua luta. Mas um professor me disse: "Deputada, cortaram-me dois dias por ter vindo aqui. Este é o meu terceiro dia. Por que a Secretaria não negocia conosco, para que haja um entendimento de reposição e possa haver clima de debate e de participação numa tabela tão complicada?" Por isso considero que resgatar a democracia nas instâncias, na estrutura educacional, é um dos nossos desafios.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputada Jô Moraes, obrigado pelo aparte. Gostaria de reconhecer que V. Exa. traz ao debate temas e questões absolutamente pertinentes ao que foi proposto discutir e é discutido no parlamento. O Executivo enviou a esta Casa a sua proposta. Foi feita uma discussão. Independentemente de serem atendidas as expectativas, realizou-se um debate com os servidores, e a proposta foi encaminhada. Agora debatemos. V. Exa., eu e uma grande maioria dos parlamentares temos sido procurados por determinados servidores

públicos, cada um procurando o seu grupo de maior afinidade, para propor mudanças. Temos de reconhecer que muitos avanços foram alcançados em relação aos servidores.

Acontece que tanto o governo do Estado quanto os governos municipais estão sendo pressionados por uma lei maior. Diante dessa lógica, creio que poderemos estender daqui e dali, levando em conta a realidade. O governo quer evitar o que aconteceu no passado. Na verdade, nada aconteceu, pois, há mais de 10 anos, ninguém faz nada. E, quando tentaram fazer algo, deram com uma mão e tiraram com a outra.

O pagamento já foi resgatado, está sendo feito até o quinto dia útil de cada mês. O décimo-terceiro está sendo pago no prazo previsto. As verbas retidas também estão sendo pagas. O plano de cargos já é uma realidade. A lei remuneratória virá; iremos votá-la depois dessa. É preciso entender que há um esforço do governo para administrar, considerando a capacidade orçamentária.

Lembramos que, no passado, esta Casa deu uma carta branca para o Governador Itamar Franco fazer o que quisesse, e ele promoveu uma desordem maior. Então, essa discussão é positiva. Não interessa se é base ou oposição. Todos os Deputados, de uma ou de outra forma, estão vinculados aos servidores públicos do Estado, porém, há uma diferença. Existe um determinado grupo que pede tudo o que tem vontade; há outro grupo, no qual incluo V. Exa., composto de pessoas sensatas, que reconhecem as dificuldades e, ao mesmo tempo, as necessidades. Então, esse é o ponto de equilíbrio a que temos de chegar. Para tanto, devemos ter serenidade, boa-vontade, desejo de ampliar os ganhos, e não a intenção de dar com a mão e tirar com a outra.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que, após o pronunciamento da nobre Deputada Jô Moraes, encerre, de plano, a reunião, visto que não há quórum para continuar a discussão.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, concluirei meu raciocínio pontuando duas questões. Deputado Miguel Martini, os governos, em nossa pobre República, em período recente, submeteram-se à lógica da necessidade de se enxugar o Estado, de forma que ele não se preocupe em investir no desenvolvimento, mas em fazer com que os mercados ganhem - por isso é preciso ter estabilidade -, e em organizar sua máquina.

V. Exa. tem razão. O Governador Aécio Neves tem a preocupação de organizar a máquina; no entanto, queremos saber a serviço de quem isso será feito? Quem será favorecido? A quem ajudará? Existe, no Plano Plurianual do Governo, um dado que, para mim, é um dos mais chocantes. Discuto a lógica dos programas políticos, que me convenceram a opor-me ao projeto. Os gastos com o programa estruturante de apoio ao trabalho contaram com o investimento de R\$771.000,00. Já os gastos com o programa estruturador de combate à criminalidade somaram R\$64.000.000,00.

A diferença entre o investimento no trabalho e no Estado repressor é de 100%; por isso digo a V. Exa. que o problema não está em como se planeja ou se organiza o Estado, mas a quem serve essa organização. De repente, o que é um dever do Estado, a exemplo do pagamento do décimo-terceiro regularmente, bem como o pagamento dos salários até o quinto dia útil, transformou-se em mérito.

Quero dizer a V. Exa. que a minha discussão sobre essa tabela tem uma vertente. É preciso valorizar não a estrutura do Estado, no ar, mas sim os homens e as mulheres que, durante todos estes anos, se sacrificaram e deram o melhor de sua vida.

Já houve corte. O tal do déficit zero implicou redução de investimentos, no primeiro ano do governo, da ordem de 32%. Tanto isso é verdade, que os gastos com pessoal atingiram percentual elevado. Hoje fomos questionados - imaginem só. Disseram que o governo Lula deveria derrotar a Lei de Responsabilidade Fiscal para que o Governador possa dar o aumento. É evidente que consideramos tudo isso uma exacerbação retórica, porque quem reivindicou isso foi exatamente quem deu sustentação e homologou a existência dessa lei de responsabilidade.

É bom que a base de governo esteja aqui, é bom que se incorpore essa pressão cotidiana, porque assim resgatamos o sentido maior das reivindicações dos servidores da educação e da saúde. Do contrário, o desencanto grassará, e não sei qual a qualidade de serviços que teremos.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputada Jô Moraes, estou de acordo com V. Exa. Só precisamos definir a partir de que estamos debatendo. Se V. Exa. diz que a LRF é um avanço, que deve ser mantida da forma como está, necessariamente está dizendo que os entes da Federação estão subordinados a ela, devendo obedecê-la. Se V. Exa. diz que essa LRF prejudica e não atende a um critério de justiça para os servidores públicos, então ela precisa ser modificada no Congresso Nacional.

O primeiro ponto é definir se aceitamos essa LRF ou se a rejeitamos. Há um segundo ponto. V. Exa. disse que temos feito poucos investimentos na área do trabalho e muito na área de segurança. Essa discussão também nos remeterá para Brasília, pois se trata da superposição de ações. Se o governo federal concentra esforços numa determinada área, assim como o Estado e, eventualmente, não nesse caso, o Município, teremos outras áreas desprotegidas.

Por isso temos de ser lógicos e perceber esse fato. Eu e provavelmente todos os brasileiros somos favoráveis a um novo pacto federativo. Não podemos mais continuar com esse modelo centralizador que possuímos hoje, até porque corremos o risco de não ter claramente definidas as responsabilidades dos entes da Federação. Sabemos que a Federação concentra quase 70% de todos os recursos. O que a União faz o Estado e o Município também devem fazer? Se assim for, outras áreas ficarão desprotegidas.

Temos de definir os pontos da discussão. V. Exa. diz que um é mais e o outro é menos. Se olharmos o conjunto de verbas, seja federal, estadual ou municipal, perceberemos que estamos atendendo a um equilíbrio. E é assim que deve ser mesmo.

Concordo que precisamos de uma nova discussão sobre esse pacto federativo, que não atende mais a sociedade brasileira. Mas, enquanto essa mudança não é feita, temos de aceitar a forma como está organizado o País, e encontrar os mecanismos. A lógica deve ser essa. Na medida em que determinada área é muito atacada pelo governo federal, o governo estadual pode destinar recursos a outra área não contemplada pelo governo federal, mas também de fundamental importância para a sociedade.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que, terminada a fala da Deputada, encerre, de plano, a reunião.

A Deputada Jô Moraes - Por um gesto de atenção, em vez de responder ao Deputado Miguel Martini, concedo aparte ao Deputado Rogério Correia para que eu cumpra o meu tempo.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputada Jô Moraes. Inscrevi-me e, aliás, darei seqüência a esse assunto.

A LRF precisa ser revista. Na época de sua aprovação, nós, Deputados Estaduais e Federais do PT e do PCdoB, colocamo-nos contrários à forma

como estava redigida. A LRF fez com que se arrochassem fortemente os Estados, especialmente o serviço público, os servidores públicos, para que houvesse contenção de despesas para formação do superávit primário.

É sabido que V. Exa. e eu temos muitas diferenças em relação à política econômica, que, aliás, foi mantida. Talvez tenha sido mantida tendo em vista seus aspectos internacionais e vínculo com as políticas econômicas mundial e internacional.

Evidentemente, não podemos arrochar o País em nome da formação de superávits primários e pagar juros da dívida externa. Isso precisa ser revisto. Defendemos essa questão. Por isso a LRF não pode ser considerada uma deusa que tudo resolve. A solução para tudo não é arrochar Estados e Municípios para que o Brasil produza superávit primário. Isso não pode ser permanente e precisa ser modificado. Temos batido contra isso com muita coerência. Quem inventou isso não foi o Sr. Palocci, mas o governo Fernando Henrique Cardoso, por meio de sua política econômica, que precisa, repito, ser revista. Esse problema surgiu de uma idéia neoliberal de formação do superávit primário e de privatização de empresas. Nessa rota, estabeleceu-se essa necessidade ou essa vontade de arrochar Estados e Municípios, além da própria União. A LRF não pode ser considerada a solução para os males do País. No Brasil, serve de instrumento de arrocho ainda maior. Essa questão ainda não foi levantada neste debate.

Conversava com o Presidente do Sindifisco, que não teve oportunidade de se manifestar hoje, mas deverá ser nosso convidado para discutir o assunto das tabelas salariais nas Comissões de Educação e de Saúde. Apresentarei requerimentos. Se a Deputada Jô Moraes estiver disposta, poderemos apresentar requerimento comum para que o Sindifisco seja ouvido e opine sobre a arrecadação em Minas Gerais e sobre como a LRF tem sido aplicada. O Presidente do Sindifisco me disse que, quando o Governador Aécio Neves assumiu o governo, o que se despendia com o funcionalismo público era aproximadamente 61%. O arrocho foi muito grande na implementação do "déficit zero". A verdade é que hoje o aporte percentual para a folha do funcionalismo público é de 46%; diminuiu de 61% para 46%. Houve até mesmo aumento da arrecadação do ponto de vista numérico.

Não se trata apenas de respeitar o percentual da LRF, mas de se estabelecer muito aquém do que permite a lei. O arrocho foi imenso. Essa questão precisa ser levada em consideração. Talvez o Deputado Miguel Martini não tenha esse dado. Não se está mais no limite. Houve a diminuição de 14%, e a receita cresceu. Houve arrocho muito grande na folha de pagamento do servidor público, portanto no salário. Essa é a primeira consideração que queria fazer.

O problema do déficit zero foi alardeado pelo Governador. O déficit zero que ele quer dizer é um jogo orçamentário. O que é orçamento? Você estima quanto arrecadará e apresenta qual será a despesa. Todo governo diz que é zero. Arrecado tanto, gasto tanto, deu zero, ou seja, meu déficit orçamentário anual é zero. Qualquer Prefeito, qualquer Governador faz isso.

O Governador Aécio Neves inventou outra forma de dizer que havia um déficit, mas sempre houve. Ele afirmou que arrecadaria tanto e gastaria mais, havendo, portanto, um déficit. Um belo dia, após perder as eleições, afirmou que conseguira fazer com que as finanças se ajustassem e que Minas zerasse seu déficit orçamentário, permanecendo com o caixa correto.

O Governador Itamar Franco, que o apoiou, deve ter-se arrependido, pois Aécio Neves jogou toda a culpa nele. Afirmou: "Eu recebi o caixa completamente atrapalhado, mas estou colocando-o rigorosamente correto". Arrochou o salário, não deu aumento nenhum e parou de investir. Se você não investe nada, gasta só aquilo que arrecada, e foi isso o que ele fez. Alardeou o déficit zero, como se as contas estivessem corretas, mas não estavam.

O jornal "Diário do Comércio" apresentou a estimativa do déficit do Estado com a União. O ex-Governador Eduardo Azeredo, o pior que Minas que já teve, renegociou sua dívida com o Presidente Fernando Henrique, ambos do PSDB, na época do neoliberalismo absoluto. Eduardo Azeredo privatizou o Bemge e o Credireal, vendeu 1/3 de ações da Cemig e deixou o Estado com uma dívida de R\$18.500.000.000,00, que seria pago com o IGP-DI, o mesmo com que as empresas privatizadas reajustam a conta de energia, de telefone. Essa foi a jogada dos tucanos a fim de fazer a privatização e arrecadar mais dinheiro para ir para o ralo de seus gastos. O endividamento do País se deu por meio do maldito processo de privatização.

Com a correção pelo IGP-DI, a dívida que era de R\$18.500.000.000,00 está em R\$40.000.000.000,00, sendo que mais de R\$10.000.000.000,00 já foram pagos por Itamar Franco e Aécio Neves, que, nesse caso, reclama com razão. Portanto não existe o déficit zero alardeado pelo Governador.

Dois fatos que são faces de uma mesma moeda irritam a população mineira. Um é a propaganda enganosa. Os trabalhadores da educação, os servidores públicos, que estavam revoltados, aplaudiam quem denunciava propaganda enganosa. Para quem assistia aos programas, quando a tabela mostrava que haveria reajuste de salário, parecia que justiça seria feita, mas não é a verdade. A propaganda mostra que eles seriam bem remunerados, mas não serão, o que é revoltante.

O segundo fato irritante é o déficit zero. Foi alardeado que as finanças de Minas estavam às mil maravilhas. Houve Governador que pediu a receita, pois queriam acertar o caixa. Agora o Governador está reclamando que o caixa está completamente desorganizado e que não há condições de continuar honrando pagamento, pois mais de 13% que saem dos cofres se destinam a pagamento da dívida com a União.

Esse foi o acordo feito entre Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Azeredo, com denúncias do PT. Isso pode e deve mudar, e sou a favor de que isso ocorra, pois precisamos terminar a reforma tributária e fazer mudanças na política econômica. Quem inventou tudo isso foi o PSDB, que fez esse tipo de acordo e a LRF. O Governador reclama de algo que fez por meio de propaganda equivocada. Deu a ilusão para a população de que, no caixa de Minas Gerais, havia disponibilidade para tudo.

E agora vem dizer aos funcionários que o caixa não está tão bom assim, que o déficit zero não é bem assim. Realmente, a responsabilidade dessa ilusão foi da propaganda enganosa que o Governador resolveu - não sei por que cargas d'água - fazer naquele momento.

Portanto, parabênz V. Exa. A reunião de hoje foi muito produtiva; faltou ao governo sinalizar positivamente que a tabela é apenas o início - e espero que seja -, mas serviu para que os servidores iniciassem processo de mobilização. Disse-lhes que, se não continuarem agindo assim, o governo passará trator na Assembléia Legislativa para aprovar as tabelas da maneira que mandou. Conto com os Deputados da base do governo, que têm consciência de que o que está aí é muito pouco e aquém do que é possível ser feito pelo governo do Estado de Minas Gerais. É claro que não dá para atender ao conjunto das reivindicações dos servidores - temos ciência disso -, mas é possível avançar muito em relação à tabela inicial enviada.

Fiz questão de fazer um aparte longo porque o Deputado Miguel Martini solicitou o encerramento da reunião. Eu estava inscrito, mas, tendo em vista esse pedido do Deputado Miguel Martini...

A Deputada Jô Moraes - Agradeço a tolerância ao Deputado Rogério Correia e ao Presidente Rêmolo Aloise.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, assessores, caríssimos amigos e amigas, hoje a Assembléia Legislativa viveu um dia histórico, de verdadeira democracia. Aliás, Minas Gerais tem sido palco das maiores discussões da história deste país. O próprio Governador Aécio Neves tem desenvolvido papel fundamental e tentado dar governabilidade ao governo federal, com apoio, participação e voto de confiança ao futuro do Brasil. Sem dúvida alguma, Minas tem-se pautado pela honorabilidade de seus mineiros e de todos os que procuram construir, com dignidade e ética, a história deste Estado.

Particpei do início da audiência pública presidida pelo Deputado Fahim Sawan, a qual contou com a participação de servidores públicos das áreas da saúde e da educação, assim como os demais servidores que aqui se encontravam para buscar informações e esclarecimentos sobre tabela salarial. Depois, precisei ausentar-me da reunião em decorrência de convocação do Sr. Presidente desta Casa, para que recebesse oficialmente a comitiva chinesa da Província de Jiangsu, que veio visitar Minas Gerais em caráter oficial. Devo dizer, para se registre nesta Casa, caríssimo Deputado Domingos Sávio, que, para nós, foi uma alegria muito grande escutar o testemunho dos parlamentares e dos empresários da China, país que, apesar de distante, busca fortalecer uma aproximação, um elo de amizade muito grande com o Brasil, particularmente com Minas Gerais. Constantemente, recebemos comitivas da China, porque eles acreditam na seriedade do governo de Minas e na política econômica deste Estado e do Brasil.

Discutimos os mais variados assuntos. Manifestei que vivíamos uma crise política, e não governamental. Mesmo assim, eles manifestaram apreço e respeito e, principalmente, esperança de obter outros investimentos no Estado.

Participou da comitiva o representante do Secretário Wilson Nélio Brumer, que tem traçado várias cartas de intenção para a implantação de indústrias e de pólos moveleiros e têxteis, trazendo novos investimentos para o Estado. É muito importante o intercâmbio entre China e Brasil, China e Minas Gerais.

Apresento esse registro para demonstrar a credibilidade do Estado no exterior. Sem dúvida nenhuma, o Governador Aécio Neves, por meio de sua equipe econômica, tem sensibilizado e facilita essas relações exteriores, dando visibilidade importante para os investimentos em Minas, buscando a garantia do desenvolvimento desta nação.

Registro a minha alegria de a Assembléia Legislativa receber essa comitiva. Falando em nome do Presidente desta Casa, demonstramos o nosso carinho e apreço pelo povo chinês e pela Província de Jiangsu. Essas são as nossas considerações.

Retorno ao assunto debatido na manhã de hoje. Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, devo dizer que aprovamos, na manhã de ontem, o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade dos projetos, para que fossem recepcionados pelo debate acalorado, em que houve manifestação de tantos servidores que buscam, por meio dos seus líderes sindicais, solução efetiva e imediata para as tabelas salariais.

Obtivemos esse primeiro testemunho e essa primeira visão da responsabilidade maior do governante. A maior garantia do governo é saber resistir. Certamente, isso tem dado resistência ao nosso Governador. Abordamos muitos e muitos assuntos desde o choque de gestão. Hoje ele tem por princípio corrigir a grande disparidade do salário do funcionalismo público.

Manifesto a minha solidariedade aos servidores do Estado. Neste momento tão importante, precisamos exercer a cidadania, o entendimento e a reflexão e elogiar, sem dúvida nenhuma, os que constroem a base principal, ou seja, os pilares do desenvolvimento do Estado. Devemos buscar a receita e a despesa. Isso tem caminhado. A Assembléia tem dado condições de governabilidade, aprovando projetos para o aprimoramento de Minas Gerais.

Aproveito este momento feliz, em que o Deputado Rogério Correia, ilustre Líder, inicia a fase de debates, para manifestar a nossa solidariedade. Precisamos refletir e compreender o momento pelo qual atravessa o Estado. Não desejo que a discussão permaneça no campo ideológico. Tenho respeito pelos governos federal e estadual e tenho uma linha de pensamento sobre eles. Torço bastante para que o nosso Presidente Lula acerte a governabilidade e a sua maneira de transmitir isso ao povo, resgatando a confiança e a esperança de todos nós, brasileiros.

Essas crises são como nuvens. Precisamos dar o testemunho do que hoje ocorreu. De quanto inconformismo, explicações, explanações e ponderações houve aqui.

De qualquer maneira, quero, acima de tudo, fazer referência à presença maior do nosso Secretário Anastasia, que jamais deixou de comparecer a audiência pública para esclarecimento sobre sua Pasta. Ele tem sido, sim, o cérebro do governo Aécio Neves, assim como o Palocci o é do governo Lula. Pela sua seriedade na condução dos problemas de ordem financeira que atravessa o Estado - assim como o Palocci no nível federal -, estamos caminhando de uma forma equilibrada.

Temos de ter sensatez e, acima de tudo, maturidade para tratar dessas questões e resolvê-las. Com certeza garantiremos, num futuro muito próximo, o que almeja o nosso funcionalismo público. Sabemos que ele é o coração e a máquina propulsora do Estado. Sem o servidor desta Casa ou qualquer um que, direta ou indiretamente, presta o seu serviço, não teremos a engrenagem que garante o sucesso da administração.

Por isso, alerta para a respeitabilidade que precisaremos ter. Tenho a certeza absoluta de que o governo tem a nítida vontade de alcançar esse sucesso. Apenas precisamos ter compreensão e calma para que essa discussão, num futuro muito próximo, chegue a um bom termo.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Cumprimento-o, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Como sempre, de uma forma equilibrada, traz sua experiência e sua contribuição para que, de fato, encontremos o caminho não apenas do entendimento, mas aquele que representa avanços e melhorias para Minas Gerais e para o País.

É preciso tomar cuidado mesmo com o risco da paixão política. É importante o debate ideológico e a paixão política, mas, às vezes, a paixão político-partidária pode turvar-nos, tirar-nos do caminho não só do entendimento, mas da construção de algo melhor para Minas e para a Nação.

O povo está atento. Ouvi aqui, no pronunciamento de ontem, referências a Getúlio Vargas, um grande líder trabalhista. Ele construiu grandes avanços, mas, simultaneamente, foi uma figura controversa, do ponto de vista dos princípios democráticos. Um grande líder. Figura, com certeza, que conhecia profundamente o povo brasileiro. Esse mesmo povo, a cada dia - e, de um modo especial, o servidor -, está mais atento, para não ser massa de manobra, não aceitar aparelhamento de sindicato nem a mistura de uma luta justa, necessária, que está atrasada no tempo do ponto de vista de conquista. Esse servidor que está massacrado está atento para não ser utilizado como pretexto eleitoral, nem digo eleitoral. O povo está vacinado. Ele sentiu isso em relação às transições recentes que aconteceram neste país. O povo quer compreender melhor por que, de repente, há contradições gritantes nas colocações que são feitas no próprio grupo partidário; às vezes legítimas, pois são contradições de natureza ideológica. Agora há pouco, ouvi uma contradição aqui do Deputado Rogério Correia - e o respeito muito -, quando dizia, questionava, criticava a negociação dos governos dos Estados com o governo federal, atribuída por ele a má gestão de governos

passados. Fazia também uma referência à LRF.

O País inteiro deve ter acompanhado a entrevista do Ministro Palocci. Um ato, de fato, não apenas de coragem. Aliás, não de coragem. Um homem público deve ter a sua cabeça erguida e a tranqüilidade para responder por seus atos. Foi um ato de responsabilidade, principalmente para quem dirige uma Pasta da importância da que o Ministro Palocci dirige. Na medida em que estava, ou ainda está, sob suspeição, de um dia para o outro as Bolsas caíram, e os trabalhadores poderiam ou já estariam sendo demitidos.

O que acontece com o bolso do trabalhador quando as Bolsas caem? Às vezes as pessoas não se atêm a isso. A bolsa caiu? Problema de quem tem ação. Mas o problema é também do trabalhador de uma determinada empresa, que pode fechar as portas. A responsabilidade do Ministro da Fazenda é grande. Reitero meu respeito por V. Exa., Deputado Rogério, e entendo que pode haver a necessidade de algum aperfeiçoamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e, com certeza, na renegociação das dívidas com os Estados. Mas o Ministro dizia que, se o País tem uma estabilidade econômica hoje, o que não depende de ele continuar ou não sendo Ministro, é fruto de um trabalho que, certamente, o atual governo vem fazendo, ao procurar manter e honrar contratos, atuar de forma séria na condução das políticas econômicas. Acredito que elas também precisam ser revistas.

Mas a contradição que quero destacar é que ele dizia e louvava, como mérito do governo anterior, ter tido a responsabilidade de renegociar as dívidas com os Estados e estabelecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele disse isso textualmente. Faço essa consideração, Deputado Dalmo, para alertar que existem contradições naturais como essa. São contradições de natureza ideológica até porque o Deputado Rogério Correia é uma pessoa por quem tenho muito respeito. Ele tem posições pouco ortodoxas com relação a essas questões de economia, e, em alguns aspectos, até comungo com sua posição, porque acho que a ortodoxia tem custado o sacrifício do povo brasileiro, que paga juros da dívida externa sem ver uma luz no fim do túnel. Qualquer que seja o governo que se proponha a dirigir este país precisará, mais do que prometer milagres, dizer como vai sair dessa ciranda de juros altos, de comprometimento com organismos internacionais e de falta de autonomia nacional.

Concluindo, dizia do risco de permitirmos que a paixão política nos faça transformar este momento importante e justo para discutir a questão salarial dos servidores numa bandeira eleitoreira de ataque frontal e gratuito ao governador Aécio Neves. Hoje, pela manhã, vi aqui várias manifestações maravilhosas de democracia. Ao lado do Deputado Rogério Correia, ao ouvir o reclame das galerias para que pudessem compartilhar o espaço do Plenário, fui o primeiro a ir imediatamente ao Presidente da Casa pedindo que abrissem as portas do Plenário para que todos entrassem, de igual para igual, e fui acolhido. Mas uma faixa me chamou a atenção e me deixou triste. Foi, no mínimo, uma infelicidade de quem redigiu, para não dizer que já é uma demonstração de tentarem aparelhar. A faixa dizia o seguinte: "Professores, alertem seus alunos porque a luta tem que continuar até as eleições de 2006". Será que a luta tem que continuar só até as eleições de 2006? Estamos discutindo as eleições ou a questão de um pagamento justo para os professores? Se um pagamento justo para os professores não for conquistado até 2006, a luta tem que continuar depois das eleições. Se for conquistado antes, ótimo! Se for conquistado este ano, que maravilha! Mas por que a vinculação? Será que na faixa quiseram dizer: "Professores, alertem seus alunos porque temos que votar contra esse governo que está aí e derrotá-lo"? Não temos que dizer aos alunos. Qual governo vamos colocar ou qual solução vamos apresentar? Esse tipo de aparelhamento atrasado, esse tipo de postura de esquerda ou de direita, sem uma proposta concreta, sem transparência, é desrespeitoso com o funcionário público, com o aluno, com o povo mineiro, com a inteligência dos professores; é contra a tentativa de fazer uso de uma campanha legítima dos professores, dos servidores da educação, da saúde, das outras categorias, cujas tabelas ainda não vieram, que faço um alerta. Hoje reivindiquei e volto a reivindicar que as tabelas venham o mais rápido possível. Ainda que não venham da maneira como queremos, lutaremos por que sejam melhoradas.

É um desrespeito tentar fazer dessa luta legítima uma luta eleitoreira, uma luta de mera agressão ao governador Aécio Neves e ao governo do Estado, como se a solução fosse simplesmente derrotar um determinado governo. Vimos, no cenário nacional, que não é essa a solução. Simplesmente derrotar um governo, sem proposta de governo, apenas com proposta de poder, só onera o País, só aumenta o custo, que é o cidadão que paga.

Portanto, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, deixo aqui o registro da minha admiração pelo seu equilíbrio, pela sua conduta exemplar e pelo respeito ao Bloco PT-PCdoB, ao Deputado Rogério Correia e ao líder Deputado Weliton Prado. Trabalhamos juntos para discutir a Reforma Administrativa e os planos de carreira. Quantas audiências, requeridas pelo Deputado Rogério Correia, Líder da Bancada, não ocorreram na Comissão de Administração Pública, que naquela ocasião presidia? Acredito que agora possam ser realizadas algumas audiências requeridas pelo Líder Weliton Prado na Comissão de Fiscalização Financeira, que estou a presidir. Da mesma forma, já participei de audiências na Comissão que V. Exa. preside.

É preciso unir os nossos propósitos, indiferentemente de ser Oposição ou Situação. A bandeira de um reajuste digno para os servidores não pode ser transformada na bandeira de um partido nesta Casa, sob pena de os próprios servidores ficarem prejudicados. Caso contrário, haverá uma queda de braço, e o Deputado Weliton Prado é sabedor que, por mais competentes que sejam os 17 votos da Bancada da Oposição, eles não são mais que os 60 votos. Se são apenas 17 que se intitulam Oposição. Não é justo com os professores e com as lideranças sindicais transformar esse debate num debate entre Oposição e Situação. Caso contrário, poderemos antecipar para os professores e para os servidores que, se eles entregarem a causa para determinada área, saberão quantos votos irão receber.

Jamais votei em questões que diziam respeito aos servidores nesta Casa como Situação ou como Oposição. Não me conduzo dessa maneira. Fui eleito para representar o povo mineiro. Acredito no governador Aécio Neves e tenho um gesto de lealdade para com ele, por estar fazendo um bom governo. Mas isso não o exime de errar, e não me tira o direito de criticá-lo e cobrar mudanças nos projetos que envia para esta Casa.

Também entendo que a Oposição não terá nenhum constrangimento em reconhecer os acertos do governo do Estado, em compreender os avanços e entender que é melhor um governo que já fez um plano de carreira e que agora envia a tabela, que o governo anterior - aliás, houve a participação do PT - que não mandou nada. O governo de Itamar Franco enviou o plano de carreira, mas não o aprovou, nem se empenhou. E o salário é zero. Pelo menos agora o salário federal é 0,01%. Infelizmente, parece-me que a Universidade de Ouro Preto e outras já estão entrando em greve. Mas a questão não é essa.

Concluindo, a bandeira é dos servidores e deve ser legitimamente empunhada pelos sindicatos dos servidores. A causa deve ser de todos os Deputados, e não de apenas um partido. Caso contrário, estaremos usurpando dos servidores a legitimidade de sua luta. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Agradeço o aparte. Não desejo aprofundar-me, pois as nossas diferenças em relação às tabelas salariais são muito profundas. São diferenças de método, prática, conteúdo e concepção. Não temos tempo suficiente para isso.

Quanto à visita da comitiva da China à Assembléia Legislativa, é um momento histórico para o Estado de Minas Gerais. Muitas pessoas talvez não estejam vendo a importância dessa visita. A Província de Jiangsu é uma das maiores províncias da China. São 80 milhões de habitantes.

Apenas na capital de Jiangsu, há cerca de 100 universidades, ou seja, é um grande pólo educacional, com investimento fabuloso em pesquisas e tecnologia. Com certeza, seu sistema educacional é o mais evoluído do mundo.

De todo o cimento consumido no mundo e de todos os guindastes do mundo, 50% estão na China. Portanto essa é uma parceria que o Estado

de Minas pode desenvolver. E Jiangsu já adotou nosso Estado como irmão. Isso é fundamental. Hoje várias empresas exportam para lá, e há possibilidade de aumentarem os negócios. Eles investem, inclusive, em infra-estrutura - estradas, portos e ferrovias -, o que é fundamental para o desenvolvimento do Estado.

Este é um momento muito mais que representativo. A Assembléia Legislativa deve aprofundar esse contato com a China e com Jiangsu, para conseguir maiores investimentos, além do intercâmbio cultural e social. Ressalto que, em Jiangsu, a criminalidade é 0,001%.

Esse é o meu registro. Agradeço o aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Quero apenas expor algumas questões, visto que já falei sobre o assunto, pois elas precisam ser abordadas. O plano de carreira sofreu grande atraso com a entrada do Governador Aécio Neves. O governo fez isso de forma deliberada, não porque o plano fosse ruim, mas porque o Governador, antes de assumir, assim que ganhou as eleições, julgou não ser a hora correta para haver um plano de carreira para os trabalhadores da educação. Dessa forma, estancou um processo já em curso no governo passado. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva já estava aqui, mas o Deputado Domingos Sávio, não. Por isso, talvez, não tenha conhecimento do fato. Já havíamos votado, em 1º turno, o plano de carreira, com a tabela salarial da época. Esse foi um grande acordo feito, depois de muito tempo, entre o sindicato e o governo Itamar Franco.

O Governador Aécio Neves solicitou à sua base de apoio, após vencer as eleições no primeiro turno, que derrotasse o projeto na Assembléia Legislativa. Isso ocorreu, e, para que o projeto não fosse derrotado, não o votamos e fizemos acordo de que ele mandaria o projeto já no primeiro ano de governo; entretanto não mandou. O Presidente retirou o projeto de pauta a pedido do Governador Aécio Neves - ainda não empossado -, que apresentou vários motivos. Na época não concordamos, nem os professores nem nós, pois tínhamos tido a vitória de aprová-lo no 1º turno, depois de árdua negociação.

O Governador estancou essa conquista: o plano de cargos e salários com a tabela já aplicada no próprio plano. Com isso, tivemos atraso de quase três anos na sua implantação. Essa é uma responsabilidade deste governo. Ele pode alegar que não tinha dinheiro, mas foi uma responsabilidade dele. Havia uma negociação em curso e a aprovação desta Casa.

Deixo isto claro: sofremos atraso nesse processo, depois de longa discussão, cerca de três anos, no governo Itamar. Agora passamos mais três anos do governo Aécio discutindo. Vamos ver se desta vez conseguimos.

Os trabalhadores da educação têm razão em reclamar dessa tabela porque o avanço por ela produzido é muito reduzido. Pelo menos, tinham de acabar com os penduricalhos. Afirmaram que não podem oferecer reajuste, mas um plano que, em determinado momento, ainda neste governo, já não tivesse parcela de remuneração, VTI nem abono, pois tudo estará incorporado em determinado piso salarial, seria o mínimo a oferecer. Uma tabela que contenha penduricalhos não é digna desse nome. Esse é o primeiro ponto, e o sindicato tem razão. Não se trata de um problema ideológico, pois o sindicato está se remetendo à tabela apresentada, ou seja, à proposta concreta.

A segunda questão diz respeito ao problema da faixa citada de 2006. É direito de qualquer eleitor vincular o seu voto ao que pensa ser-lhe essencial. Uns acreditam ser o tratamento dispensado ao funcionalismo público. Outros, um mata-burro oferecido em uma cidade do interior. E outros ainda, a implementação de programas. E há os que votam ideologicamente. Aliás, infelizmente, no Brasil, poucos votam por um ideal político, mas cada um tem a sua razão de votar. Se alguns eleitores acreditam que o voto tenha de ser direcionado aos que aprovarem uma tabela salarial, isso é mais do que justo. Não vejo motivo para criticar esse segmento.

O Brasil necessita de muitas alterações na política econômica, como já disse. O Presidente Lula alterou alguns parâmetros importantes. Parabenizo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo acompanhamento oferecido à equipe chinesa que aqui esteve. O Presidente Lula avançou em relação à política internacional, pois o Brasil sempre se amarrou muito, como no governo passado e em outros, aos interesses apenas norte-americanos. Se dependesse do governo Fernando Henrique, teríamos firmado acordo com a Alca em 2006 e estaríamos amarrados apenas aos interesses americanos. O Presidente Lula abriu a política externa para outros interesses, estancou o processo de privatização em curso e resgatou a questão nacionalista, que é importante. Ressalto o governo Itamar Franco, do qual o PT participou em certo período e o qual apresentou caráter nacionalista muito abrangente, impedindo que a Cemig fosse completamente vendida, pois já havia sido praticamente entregue ao sócio minoritário pelo ex-Governador Eduardo Azeredo. Depois, agiu firmemente, não permitindo a privatização de Furnas, muito importante para o Sul de Minas Gerais como também para todo o Estado.

O governo do Presidente Lula fez modificação importante no rumo da política em curso, estancando a privatização e a subserviência absoluta aos interesses do imperialismo norte-americano.

Esses dois pontos fundamentais do governo Lula não significam que o que desejamos, em termos de política econômica, esteja completo. A política do Ministro Palocci não é correta quando se expõe a necessidade de se conseguir um superávit primário tão alto à custa de um arrocho praticado nos Estados e nos Municípios. Continuo acreditando que a renegociação da dívida tenha de existir, mas quem, de fato, estabeleceu essa política de renegociação e de responsabilidade fiscal tão rígida foi o governo do PSDB. E isso ninguém pode negar. As questões têm de ser bem expostas. Haverá mais avanço em uma política econômica que reduza a taxa de juros e que seja menos ortodoxa, mas isso não é justificativa para que o Governador Aécio Neves envie uma tabela tão tímida, porque, repito, o gasto que era de 60% com o funcionário baixou para 46%, segundo o Sindifisco. É possível que o que se gasta com o funcionalismo seja maior? Creio que sim, porque não é possível manter o sistema de saúde e da educação num Estado com tanto arrocho, como se tem registrado durante o governo Aécio Neves.

Parabenizo V. Exa. pelas questões abordadas. Conheço a sua preocupação, a partir do que foi enviado, de ajudar a avançar e a aproximá-lo, o máximo possível, das reivindicações dos professores. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Agradeço também ao Sr. Presidente. Temos a certeza de que construiremos brevemente aquilo de que todo o funcionalismo tanto necessita. Saúdo todos na certeza de que haverá outros debates importantes, para que a questão seja solucionada da melhor forma possível.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/8/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta

Secretaria:

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Glauca Fátima de Barros do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Helton Alves Rodrigues do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Darklane Rodrigues Dias para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Helton Alves Rodrigues para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas.

Gabinete da Deputada Jô Moraes

exonerando Luna Ramos Siqueira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Rubem Ramos Siqueira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Ramos

exonerando Ronaldo Wilson Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Daniele Alves Siqueira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Superview Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da contratante, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação. Objeto deste aditamento: concessão de reajuste e abono a categoria de jornalistas. Vigência: a partir da assinatura, com retroação que estabelecem as cláusulas 1 e 2. Dotação orçamentária: 01.031.011.4-011 0001 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Cooperativa dos Médicos, Fisioterapeutas e Outros Profissionais da Área de Saúde - Copimef. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses, a partir de 24/8/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Associação de Câmaras do Centro Oeste de Minas - Acam. Objeto: apoio técnico-pedagógico por intermédio de sua Escola do Legislativo destinado à formação e ao aperfeiçoamento de agentes políticos, servidores públicos e cidadãos em geral. Vigência: um ano a partir da data da assinatura.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Câmara Municipal de Divinópolis. Objeto: disponibilizar por meio da Escola do Legislativo programas e atividades para implantação da Câmara-Escola. Vigência: um ano a partir da data da assinatura.